

**ATA N.º 8/2020**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2020:**

No dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte, pelas quinze horas e doze minutos, por videoconferência, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

**A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:**

**PONTO 1** – Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela

**PONTO 2** – Protocolo de Colaboração para a celebração de Contrato de Cooperação Interadministrativo para as obras de construção de raiz das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Poceirão

**PONTO 3** – Delimitação de Unidade de Execução (EU) em Aires

**PONTO 4** – Ajustamento temporário de tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do estado de emergência e de combate à COVID-19

**PONTO 5** – Atribuição de apoio financeiro, no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados com a Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atual EB Zeca Afonso), a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires (atual EB de Aires), e a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APROVAÇÃO DE ATAS**

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr.

Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 5/2020, da reunião ordinária de 4 de março de 2020.

**A ata foi aprovada, por unanimidade.**

— ATA n.º 6/2020, da reunião ordinária de 18 de março de 2020.

**A ata foi aprovada, por unanimidade.**

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito do Departamento de Administração Urbanística**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.04.2020 e 19.04.2020.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

**No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.04.2020 e 19.04.2020.

**CONTABILIDADE:**

**Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 08.04.2020 a 21.04.2020, no valor de 1.374.936,82 € (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis euros e oitenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

**TESOURARIA:**

**Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 21.04.2020, apresenta um saldo de 10.350.033,74 € (dez milhões, trezentos e cinquenta mil, trinta e três euros e setenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 9.049.351,88 € (nove milhões, quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um euros e oitenta e oito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.300.681,86 € (um milhão, trezentos mil, seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e seis cêntimos).

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

- . **Moção** (Contra o encerramento do balcão do BPI de Palmela).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.**

- . **Voto de Pesar** (Nicolau da Claudina).

**Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.**

- . **Saudação** (25 de Abril – Dia da Liberdade) – dos/a eleitos/a do PS.

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

- . **Saudação** (1.º de Maio – Dia do Trabalhador) – dos/a eleitos/a do PS.

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

- . **Saudação** (25 de Abril e 1.º de Maio) – dos/a eleitos/a da CDU.

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da moção que se transcreve:

- . **Moção** (Contra o encerramento do balcão do BPI de Palmela).

(A moção a seguir transcrita contempla o envio da mesma à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), ao Banco de Portugal e à comunicação social local, regional e nacional, conforme discussão havida).

“No âmbito da redução de balcões prevista no plano de reestruturação, o Banco Português de Investimento (BPI) procedeu, no dia 9 de abril, ao encerramento do balcão instalado no Centro Histórico da vila de Palmela. Este encerramento, a par de outros verificados no Concelho ao longo dos últimos anos - nomeadamente, de balcões dos CTT e de outras agências bancárias –

é fortemente prejudicial para a população e as empresas, no seu acesso regular aos serviços de proximidade.

No caso concreto, esta população, composta, na sua maioria, por pessoas idosas e com mobilidade reduzida, é forçada a deslocar-se para fora da sua área de residência para a realização de operações bancárias, não esquecendo que a rede de transportes públicos continua a não responder, devida e efetivamente, às necessidades de mobilidade. A situação agrava-se com a incompreensível transferência da gestão de contas para agências bancárias de um concelho vizinho, enquanto continua em operação uma agência do BPI em Pinhal Novo.

A medida - que o banco justifica com a necessidade de reajustamento financeiro e que acarreta, também, a redução de trabalhadoras/es – prejudica, igualmente, os negócios e a relação com as micro, pequenas e médias empresas de Palmela, num momento crucial, em que precisarão de apoio e acompanhamento no acesso a moratórias e linhas de crédito para suportarem a sua atividade.

O facto de esta decisão ter produzido efeitos durante o Estado de Emergência, período que, naturalmente, condiciona ainda mais a mobilidade das/os clientes afetadas/os, bem como o seu acesso à informação, tem sido fortemente contestado na vila de Palmela e merece a nossa preocupação e repúdio.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 22 de abril de 2020, **delibera**:

- manifestar o seu apoio à luta da população de Palmela que, legitimamente, se indigna e se mobiliza em defesa dos seus direitos e do serviço bancário na vila;
- instar a administração do BPI a reverter esta política e a ter em conta os interesses da população de Palmela;
- remeter a presente moção a:
  - Sua Excelência, o Presidente da República;
  - Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
  - Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
  - Grupos Parlamentares e Deputada única Joacine Katar Moreira;
  - Assembleia Municipal de Palmela;
  - Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
  - Associação Nacional de Freguesias;
  - Associação Nacional de Municípios Portugueses;
  - Conselho Metropolitano de Lisboa;
  - Associação de Municípios da Região de Setúbal;
  - Conselho de Administração do BPI;
  - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
  - União Geral de Trabalhadores;

- Banco de Portugal;
- Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas;
- Comunicação social local, regional e nacional.”

**Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Presidente** passa à leitura do voto de pesar que se transcreve:

**. Voto de pesar** (Nicolau da Claudina).

“O mundo associativo cultural e desportivo do Concelho de Palmela e da região viu desaparecer, no dia 15 de abril, um dos seus nomes maiores. Nicolau Maria Pereira da Claudina foi uma figura respeitada e consensual e a sua energia e sorriso contagiantes deixaram marca nas entidades por onde passou e na vida da comunidade.

Nascido em Palmela, a 6 de Fevereiro de 1933, bancário de profissão, residia na vila e, apesar da intensa atividade noutros pontos da região e do país, fez questão de continuar a participar no quotidiano da sua vila, pela qual nutria um profundo amor.

No associativismo cultural, destacou-se nos diversos cargos dirigentes que assumiu, ao serviço, por exemplo, da Sociedade Filarmónica Humanitária, do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela ou da Associação de Festas de Palmela - Festa das Vindimas. Em 2016, já com 83 anos de idade, escreveu, ainda, a letra para a Marcha das Vindimas e procurou, nos últimos anos, legar à Associação material, informação e recordações, precioso contributo para o arquivo histórico da Festa.

Aluno de Sebastião da Gama, guardava como um tesouro os dias passados com o poeta e os ensinamentos que dele recolheu, partilhando-os com a Associação Cultural Sebastião da Gama, para memória futura.

O desporto foi outra das suas grandes paixões, tendo-se destacado como dirigente na Associação de Futebol de Setúbal, na Federação Portuguesa de Futebol e no Vitória Futebol Clube, bem como no Palmelense Futebol Clube do seu coração.

No mundo da comunicação social, foi diretor da “Voz de Palmela” e fundador do jornal Setúbal Desportivo, desempenhando, ainda, o papel de correspondente de várias publicações.

Entusiasta, dinâmico e comunicativo, empenhou-se no relacionamento de Palmela com outros municípios, assumindo um papel destacado no acordo de cooperação estabelecido com o município espanhol de Barcarrota, bem como em diversas atividades de convívio e intercâmbio.

O Município de Palmela prestou-lhe a devida homenagem em 2010, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, pelo elevado contributo para o desenvolvimento do Concelho.

Reunida a 22 de abril de 2020, a Câmara Municipal de Palmela **manifesta o seu profundo pesar** pelo falecimento de Nicolau da Claudina, endereçando, à sua família e amigas/os e às diversas entidades que integrou ao longo do seu vasto percurso, sentidas condolências.”

**Em relação ao Voto de pesar (Nicolau da Claudina) usam da palavra:**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que todos aqui tiveram o privilégio de conhecer o Sr. Nicolau da Claudina e recorda-o com grande estima, conheceu-o no Vitória de Setúbal e quando foi candidato a Palmela, pela 1ª vez, teve a honra de o ter na sua comissão de honra e tirando as pessoas do seu partido, o Sr. Nicolau foi a 1ª pessoa com quem falou, porque entendeu que devia participar mas, acima de tudo era, considerava-o um grande ser humano, um homem que deixou a sua marca na cidadania, no associativismo, no desporto e que ficou conhecido muito para além das fronteiras deste concelho, portanto, lamenta a morte de um grande cidadão, ainda mais nestas circunstâncias em que vivem hoje em dia e, por isso, não quer deixar de se associar a este voto de pesar que e dar à sua família, a todos os amigos e instituições que ele também serviu ao longo dos anos, os sentidos pêsames e pelo seu falecimento.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que falar do Sr. Nicolau da Claudina é fácil e difícil, em parte por causa das circunstâncias atuais e fácil pelo trabalho e pela vida que ele teve, de entrega à sua comunidade, ao desporto a nível distrital e a nível nacional. Refere que teve o prazer de o conhecer, quando era jovem jogou no Vitória de Setúbal e teve o prazer de conviver mais com ele, sobretudo nos célebres torneios de futebol de salão no Palmelense, nos quais ele marcava, muitas vezes, a sua presença sempre com conselhos, com uma palavra amiga para os jovens. Também teve como colega, o filho e teve a oportunidade de o conhecer com maior proximidade e recorda que, ultimamente, encontrava-se com frequência na Casa Mãe da Rota dos Vinhos, aliás, estava marcado mais um café, mas infelizmente não tiveram tempo de o concretizar. Portanto, é uma perda de todos, a família perdeu muito, um grande marido, um grande pai e um grande avô e Palmela perdeu um grande homem que merece de todos o sentido de respeito, por toda a herança que deixou.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que também se associa a este voto de pesar, pois com o falecimento do Sr. Nicolau da Claudina o concelho vai ficar mais pobre, mas, é o ciclo da vida e todos sofrem com estas situações, porque o concelho deixa de ter parceiros, pessoas que trabalharam uma vida inteira para dar qualidade de vida ao concelho e, naturalmente, manifesta aqui o voto de pesar à família e para os organismos dos quais ele pertenceu.

O **Sr. Presidente** refere que todos sentem que é sempre importante ter a participação de todos os cidadãos na construção do passado, do presente e do futuro do território, aliás, já tinha sido reconhecido quando a Câmara Municipal de Palmela distinguiu este cidadão de

Palmela com a medalha de mérito, grau ouro e, é de todo justo apresentar este voto de pesar porque significa uma perda considerável.

**Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta a seguinte saudação:

**. Saudação** (25 de Abril – Dia da Liberdade).

"Com o nascer do sol no dia 25 de Abril de 1974 não chegou apenas o fim daquela heroica madrugada, mas também surgiu uma nova luz que terminou a fria noite de quase cinquenta anos de fascismo em Portugal.

Naquela madrugada e dia de Abril os militares saíram dos seus quartéis e logo foram fortalecidos pelo apoio do povo para fazerem uma revolução sem violência. Uma revolução que tinha como objetivo conquistar um futuro melhor. Pois como diz a letra de Grândola Vila Morena de Zeca Afonso:

«O povo é quem mais ordena,

Dentro de ti, ó cidade!»

O 25 de Abril marca um momento único da história de Portugal. É o momento em que se dá início a um profundo processo de transformação política e social. Guiados pelo ideal de uma sociedade melhor, mais livre e mais justa, os homens e mulheres que concretizaram esses ideais transformaram Portugal de um país atrasado, injusto e desigual, num país democrático, livre e mais justo.

O Portugal sem liberdade, da Guerra Colonial e da censura, dos exilados e dos excluídos, deu lugar um novo Portugal. Um país democrático, em paz e em que todos se podem exprimir livremente. Um país onde o povo pode votar em liberdade e ser dono do seu destino. Um país que através da aposta na escola pública, de igual acesso a todos e inclusiva, procura criar igualdade de oportunidade para todos os cidadãos. Um país que protege os mais desfavorecidos e passa a considerar o direito à segurança social um direito universal e constitucionalmente protegido.

Se todas estas conquistas de Abril e muitas outras devem ser sempre relevadas, hoje importa destacar uma entre todas. No quadro de pandemia que vivemos atualmente surge como fundamental o Sistema Nacional de Saúde, criado em 1979.

O Sistema Nacional de Saúde, que enfrenta um dos seus maiores desafios, permite a igualdade de acesso a uma saúde de qualidade e competência a todos os cidadãos. Por isso, os esforços pelo seu fortalecimento e desenvolvimento é também uma luta pela democracia e pela igualdade.

Mas comemorar Abril hoje não deve ser apenas celebrar conquistas passadas, é também desejar e lutar por um futuro mais justo, com mais igualdade e mais liberdade. Assim como o sonho de uma sociedade melhor guiou o caminho para a Revolução dos Cravos e para as importantes conquistas que se seguiram, esse mesmo sonho deve continuar a guiar-nos agora, esse mesmo desejo de mais igualdade e liberdade.

Hoje em que o movimento de forças antidemocráticas e antiliberais cresce pelo mundo, importa celebrar a conquista da liberdade e da igualdade. Celebrar o 25 de Abril não é apenas comemorar um momento do passado, é reafirmar a nossa luta para que não voltemos para trás. O caminho a percorrer deve ser feito para alcançar mais igualdade, mais justiça, uma democracia mais forte. Deve ser percorrido sempre com a firme convicção desses princípios proclamados pela liberdade alcançada a 25 de Abril de 1974.

Como diz a canção Somos Livres:

«Somos um povo que cerra fileiras,  
parte à conquista do pão e da paz.

Somos livres, somos livres, não voltaremos atrás.»

Celebrar o 25 de Abril é reafirmar o nosso compromisso com os seus ideais de liberdade, igualdade e justiça e por eles continuaremos agora e sempre a lutar.

Viva o 25 de Abril!”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** apresenta a seguinte saudação:

**. Saudação** (1.º de Maio – Dia do Trabalhador).

“A exigência de melhores condições de trabalho e a luta pelos direitos da classe trabalhadora estiveram na origem da instituição, em 1889, do 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, o dia um de maio passou a ser o símbolo de um dia de luto e de luta, em homenagem aos trabalhadores e às trabalhadoras que ousaram manifestar-se em 1886, exigindo o direito a uma redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

Passados 134 anos sobre a grande primeira manifestação em massa, e já em pleno século XXI, assistimos à continuidade das reivindicações que estiveram na génese do movimento operário.

O 1º de maio, mais do que um dia para comemorar, serve para recordar, alertar e sensibilizar o país da importância de questões essenciais para os trabalhadores e para as trabalhadoras, exigindo direitos, maiores salários e melhores condições de trabalho. É acima de tudo um

momento para relembrar a importância de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Não obstante a evolução positiva nos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nas últimas décadas: maiores salários e maiores pensões, descida da taxa de desemprego, evolução de uma legislação adaptada ao direito laboral e ao funcionamento do mercado do trabalho, e uma melhoria das condições de trabalho, persistem ainda aspetos preocupantes que nos impedem de atingir níveis de orgulho no ranking europeu.

Salários ainda aquém da média europeia, número de acidentes de trabalho ainda elevado, apesar da melhoria verificada nos últimos anos. Em termos de produtividade, os indicadores continuam ainda abaixo do que seria desejável, mais ainda se tivermos em consideração o número de horas trabalhadas e os horários de trabalho praticados.

Por outro lado, o crescente número de situações de *burnout*, assédio moral e de discriminação no local de trabalho exigem respostas adequadas e urgentes em contexto laboral, ao mesmo tempo que questões como o envelhecimento demográfico, a evolução tecnológica e a adaptação dos contextos de trabalho às novas profissões e tecnologias, surgem também como novos desafios.

A digitalização e o seu impacto no mundo do trabalho estão na ordem do dia e é uma realidade e também uma prioridade. O aparecimento de novas profissões, a extinção das profissões que atualmente conhecemos e os riscos que essa mudança terá no desemprego de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras são preocupações atuais.

Estamos na era digital e torna-se necessário preparar o mundo do trabalho para a evolução, assegurando a proteção dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O momento atual que vivemos, com o Estado de Emergência decretado por força do Covid-19, é sobretudo um argumento para saudarmos ainda com mais força o Dia Internacional do Trabalhador, numa altura em que as relações de trabalho e a organização do trabalho sofreram alterações profundas e adaptações a uma nova realidade. É nestes momentos, que se torna fundamental pugnar e salvaguardar a manutenção dos direitos e garantias essenciais dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas.

É também um momento para refletirmos sobre o futuro do mundo do trabalho, com a imposição forçada das novas tecnologias e modelos de organização. O isolamento e o recurso ao Teletrabalho como uma ferramenta necessária e generalizada, pode colocar em causa a necessidade, ou não, de muitos postos de trabalho. Ainda que numa situação excecional e temporária, como a que atualmente vivemos, impera uma reflexão profunda sobre o futuro do trabalho e das relações de trabalho.

**Saudemos** então o Dia Internacional do Trabalhador, com a esperança de que a luta daqueles e daquelas que nos antecederam, mantenha viva a importância dos direitos, deveres,

liberdades e garantias dos homens e das mulheres que trabalham, reconhecendo a necessidade de criar condições condignas de trabalho para todos e para todas.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

O **Sr. Presidente** apresenta a seguinte saudação:

**. Saudação** (25 de Abril e 1.º de Maio).

“O período de confinamento, supressão de liberdades e distanciamento social que vivemos há pouco mais de um mês, a bem da saúde pública e do combate eficaz a esta pandemia, motivam-nos a evocar, ainda com maior afínco, criatividade e convicção, a Revolução de Abril de 1974 e o 1.º de Maio. Cada um e cada uma de nós, que abdicou do convívio com família e amigas/os, que tem visto o seu acesso à cultura e lazer limitado, que sofre chantagens da entidade patronal para abdicar de direitos, que sente o peso de cada dia que passa em isolamento ou com medo, convive apenas com uma pequena amostra do que foram alguns dos sentimentos de quatro décadas de vida em ditadura. E percebe melhor a enorme coragem e o espírito de resiliência de um povo amordaçado, que não deixou de sonhar, e de um largo conjunto de homens e mulheres que chamou a si a responsabilidade pelo combate anti-fascista, recusando resignar-se. Lutou, desenhou uma nova realidade e fez acontecer.

Quando, há um ano atrás, ao saudar estas mesmas datas, dizíamos estar num «ponto fulcral de mudança de paradigma, onde a recusa em fazer os necessários ajustes pode significar o fim do mundo como o conhecemos», estávamos longe de imaginar o novo desafio que o futuro próximo nos reservava. O momento de mudança de paradigma chegou e obriga-nos a repensar ainda mais o papel da Humanidade no mundo, a reformular modelos económicos, laborais, sociais, educativos, administrativos, culturais, tecnológicos. Nunca como agora a sustentabilidade foi tão urgente e imperativa.

No plano interno, este momento conduziu a uma rápida valorização do conjunto de direitos sociais assegurados pelo Estado Português, verdadeiras conquistas de Abril. Mesmo quem, sistematicamente, tem contribuído para a destruição do Estado Social e reclama mais espaço para a iniciativa privada, vem agora exigir maior apoio e intervenção estatal e melhores políticas públicas. A importância vital do Serviço Nacional de Saúde ou da Segurança Social está, hoje, mais do que vincada e deve impulsionar uma nova fase de investimento estratégico e ambicioso na evolução tecnológica, administrativa e de recursos humanos da Administração Pública. Longe de populismos ociosos, que não servem o país nem as pessoas, é necessário perceber que o Estado precisa de investimento para funcionar bem e quem paga impostos precisa de sentir que as suas contribuições são justamente aplicadas, para o bem comum.

O Poder Local Democrático – outra das grandes conquistas de Abril – que tão atacado tem sido, também, na sua autonomia, tem-se mostrado essencial neste combate, chamando a si muitas das responsabilidades, mesmo sem as necessárias competências ou recursos, não por voluntarismo mas pela urgência extrema de respostas para as populações e os territórios. Se a situação não atinge, já, a dimensão catastrófica registada noutros países, muito se deve à ação dos Municípios e das Freguesias, e no caso concreto do Concelho de Palmela, à forte articulação das redes locais de proteção, segurança e apoio social, bem oleadas por muitos anos de parcerias e experiência prática, no terreno.

A crise provocada por esta doença, que muitos têm apelidado de simétrica, já que não distingue países, raças ou estratos sociais, tem, afinal, impactos profundamente assimétricos. As questões ligadas à habitabilidade e ao conforto ficaram ainda mais patentes neste período, bem como a necessidade de literacia digital e de acesso a redes e equipamentos tecnológicos, essenciais para manter a ligação com o mundo e, até, para garantir o terceiro período escolar. A clivagem é bem visível, em particular, no mundo laboral, onde grande parte das pessoas, mesmo com receio do contágio, desespera por voltar à sua atividade.

A coberto, primeiro, da paragem, e depois, do caminho de retoma económica, o patronato não pode encontrar, aqui, uma oportunidade para esmagar direitos e destruir postos de trabalho. Pelo contrário, o sucesso do day-after depende, em grande medida, da manutenção do emprego e do poder de compra, do investimento na sustentabilidade para redução de custos de contexto, no estabelecimento de novas sinergias e redes, na transição para a economia digital, com modelos de negócio diferenciados, mais acessíveis e humanizados. E o reforço da produção nacional deve ser um desígnio central, com uma aposta forte em setores vitais para a nossa soberania como a indústria, a tecnologia, a alimentação, a energia ou a investigação científica, garantindo emprego mais qualificado e prevenindo nova “fuga de cérebros”.

As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio decorrerão, este ano, no Concelho de Palmela, num modelo que não antecipávamos e que nos rouba a festa na rua e a alegria do convívio fraterno. Mas o confinamento não nos tolhe a determinação, antes nos aguça o engenho para encontrarmos novas formas de celebrar e avivar esta chama. Com recurso a plataformas tecnológicas, o Município propõe um programa comemorativo diversificado, que nos desafia a participar. Um conjunto de conteúdos lúdicos e pedagógicos mantém viva a memória e evita visões revisionistas que deturpam a História, e os espetáculos e momentos musicais, partilhados online, transferem a Festa para as nossas casas. O exemplo de coragem e resiliência legado pelos Capitães de Abril, pelos militares, pelo povo que reconquistou as rédeas da sua vida, por quem cantou e eternizou a Revolução na Cultura e na Arte, deve ser valorizado e partilhado, numa perspetiva de verdadeira Educação Democrática e Cidadã. De cravo e punho erguido, à janela, entoaremos a “Grândola, Vila Morena”.

Reunida a 22 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o 25 de Abril, o 1.º de Maio e todos os direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa, bem como os homens e as mulheres que os tornaram possíveis. Saúda, igualmente, a população do Concelho de Palmela, as/os trabalhadoras/es, autarcas, forças de segurança, entidades de saúde, rede social, empresas, comunidade educativa, movimento associativo e quem, com o seu exemplo e ação responsável, dá testemunho quotidiano de uma Democracia madura e solidária. E exorta à manutenção da Luta pelo Portugal de Abril, com Saúde para todas/os, com Segurança Social, com Educação, com Habitação condigna, com Trabalho com direitos, com melhor Ambiente, Cultura, Desporto e Lazer.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1.º de Maio!

Viva o Poder Local Democrático!”

**Relativamente às saudações do 25 de Abril e do 1.º de Maio apresentadas, quer pelos/a eleitos/a do PS, quer pelos/a eleitos/a da CDU, intervêm:**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, procurando juntar estas duas comemorações muito importantes, para a democracia, para os trabalhadores, mas também para a liberdade que são o 25 de Abril e 1º de Maio e saúda, naturalmente todos os que possibilitaram o 25 de Abril, que possibilitaram que pudéssemos viver em liberdade, mas também possibilitaram votarmos e sermos eleitos para o exercício dos cargos como os que ocupamos atualmente, como servidores do poder local democrático e também para aqueles que possibilitaram que pudessem, em liberdade, proclamar os direitos dos trabalhadores e comemorar o 1º de Maio. Também saúda todos aqueles que, ao longo destes anos, têm contribuído para um Portugal livre e democrático que é, no fundo, aquilo que foi o sonho daqueles que fizeram o 25 de Abril. Aproveitando as últimas palavras do Sr. Presidente, que tem a ver com a circunstância que vivem atualmente, que pela 1ª vez comemoram o 25 de Abril e o 1.º de Maio durante um estado de emergência, mas nem isso faz ter menos alegria por estes 2 dias importantes. Aproveita ainda, nesta ocasião para dar os parabéns a todos que no município de Palmela e na Assembleia Municipal, pela forma como vão assinalar, em segurança e em respeito pelas determinações das autoridades de saúde e também por força da legislação do estado de emergência que está agora em vigor e aqueles que não vão estar na sessão digital no dia 25 de Abril, aqueles que vão lá estar a intervir digitalmente e que representam todos, apesar de pertencerem a forças políticas diferentes, portanto, apesar de não poderem estar fisicamente juntos, vão estar digitalmente juntos, irmanados deste espírito democrático e também cantar à janela, pelas 15 horas, o Grândola Vila Morena. Refere ainda que vai votar favoravelmente todas estas saudações apresentadas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** reforça tudo o que foi dito, que, independentemente das situações, é uma data que tem de ser comemorada, é uma data que deve ter o reconhecimento

por todos aqueles homens e mulheres que lutaram, durante muitos anos, para que todos pudessem estar aqui, eleitos democraticamente, presencialmente ou de forma digital a trabalhar naquilo que deve ser o serviço público. Saúda todos os trabalhadores da autarquia, das juntas de freguesia, mas também todos os trabalhadores do concelho, aqueles que fazem também parte da importante economia, todos os agentes de educação, de segurança, de saúde, toda a gente que neste concelho faz deste concelho viver Abril, todos os dias a democracia e o espírito de Abril. Portanto, é preciso continuar, apesar das divergências que possam ter e, ainda bem que as têm, porque são também fruto dessa democracia, sempre com o máximo respeito uns pelos outros, que mostra como Abril pode ser vivido na diferença, mas com respeito por aquilo que cada um pensa e, portanto, estes valores de Abril têm de ser mantidos. Depois, considera que as comemorações do 25 de Abril extremamente importantes, que a Assembleia da República deve comemorar o 25 de Abril, reduzindo ao mínimo os presentes, mantendo todas as orientações da Direção Geral de Saúde, e também por decisão do município comemorar digitalmente, com o mínimo de pessoas presentes e, obviamente que o PS estará representado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela que irá ser o orador da parte da Assembleia Municipal, no entanto, como se trata de várias forças políticas, se calhar, juntando um vereador como representante de cada uma destas forças, que pudesse estar presente nessa sessão, porque acha que não acrescentaria e não punha em causa a segurança da sessão, uma vez que poderia estar presente um elemento de cada força política e reforçava ainda mais a democracia que vivem aqui diariamente e muito bem, com o respeito e consideração de todos.

O **Sr. Vereador José Calado** saúda as saudações do PS das quais se associa e, como tal irá votar favoravelmente. Em relação à saudação da CDU, quando faz a referência ao patronato, considera que não tenha razão de ser, porque Portugal é um país de patrões e funcionários aptos para trabalhar, aliás há mais funcionários e, por isso, entende que não há necessidade nenhuma de, muitas vezes, se chamar a atenção destes pormenores porque eles existem, mas existem também nos trabalhadores, também existem maus trabalhadores. Portanto, irá votar favoravelmente esta saudação, mas deixa aqui também o reparo que no combate ao Covid-19, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, têm desenvolvido um trabalho muito bom nesta área, mas também o Governo que também tem tido um trabalho positivo nesta área, aliás a oposição tem colaborado para que as situações se resolvam, têm estado unidos, em conjunto, para resolver este problema e, por isso no espírito do 25 de Abril e do 1º de Maio, todos estão de acordo, mesmo com as dificuldades que o país está a passar, estão todos de mãos dadas e é nesse sentido que devem continuar.

O **Sr. Presidente** esclarece que o modelo da sessão solene do 25 de Abril foi consensualizado entre a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e as bancadas com representação na Assembleia Municipal, portanto, não teve intervenção, embora tenha comunicado, no sentido de ajudar a criar todas as condições para o modelo que ficou definido. Portanto, se o

entendimento for estar um membro de cada bancada e o representante do órgão executivo, irá procurar falar pelo executivo da Câmara e certamente, vão estar unidos naquilo que irá dizer porque é um discurso dentro deste paradigma que aqui apresentou na saudação ao 25 de Abril e não de outro tipo de afirmações. Também não foge a isto que aqui partilharam nesta saudação.

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

#### **Informações / Assuntos diversos:**

• **Covid-19 – Novas medidas adotadas pela Câmara Municipal de Palmela – O Sr. Presidente** refere que do conjunto de medidas a da tentativa de resposta a esta pandemia no plano municipal, para que tenham, de facto, cidadãos e cidadãs cumpridores/as e protegidos/as, para além das medidas que já foram divulgadas, estão em curso outras, por um lado, a intensificação da distribuição de material de proteção individual, de álcool gel, adquirido ou doado por várias empresas, viseiras, equipamento de proteção, não apenas para o conjunto das IPSS, Bombeiros, Associações de idosos, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Juntas de Freguesia e, portanto, aqueles que fazem parte da rede institucional e ainda para o setor particular e cooperativo, começam a chegar também às estruturas residenciais de idosos particulares, independentemente do seu estágio de licenciamento, porque o objetivo, em matéria de proteção civil, tem sido prevenir e evitar que situações de contágio possam acontecer nas zonas consideradas prioritárias pelas autoridades de saúde.

O município tem feito esse trabalho, e indo um pouco além das suas competências e sobretudo tentando chegar, a tempo e horas, onde a estrutura do Estado ainda não conseguiu chegar e, por isso, dá nota que nos últimos dias têm sido anunciadas quantidades significativas, adquiridas e doadas, ao nível do país, para a estruturas dos Bombeiros e Proteção Civil, para outros organismos do Estado, do Ministério do Trabalho e Segurança Social, mas esse material continua ainda não chegar ao terreno e, por isso, o município tem estado também, porque passou a ter outra disponibilidade de aquisição e de bens doados, a intensificar esta entrega, mantendo sempre uma reserva e um stock para o funcionamento dos seus serviços, privilegiando a segurança de quem está na 1ª linha. Depois, destaca o projeto “não saia de casa, em linha para si”, um projeto de atendimento telefónico para quem tem mais de 65 anos, com um número grátis e confidencial que pretende, não só prestar alguns esclarecimentos a cidadãos que estão mais isolados e sozinhos, que tenham dúvidas sobre aspetos da mais variada natureza relacionados com o covid-19. É um trabalho do prolongamento do sistema de teleassistência que já está instituído no território, porque há muita gente com necessidade de expor os seus problemas, colocar dúvidas, mas também desabafar um pouco, não se tratando

propriamente de uma linha de apoio psicológico, porque não têm uma bateria de psicólogos para o efeito, mas acaba, em grande parte, por dar também uma resposta nesse sentido.

• **Medidas de apoio alimentar dirigidas às famílias em situação de fragilidade social no contexto da atual pandemia** - O **Sr. Presidente** dá nota de um projeto novo que foi para o terreno de uma forma mais assertiva, porque apareceram novas bolsas de necessidades e pobreza nalgumas freguesias, trata-se do fornecimento de refeições a famílias carenciadas, quer através de algumas IPSS, quer também numa nova dinâmica da rede de emergência de apoio alimentar em ligação com o Banco Alimentar contra a Fome da península de Setúbal, em conjunto com as IPSS do concelho e a Fundação COI. Para além de haver aqui uma forma articulada para assegurar o fornecimento de bens alimentares a quem deles necessite, com o apoio logístico da autarquia, já conseguiram angariar algumas doações para introduzir nessa rede de emergência e que faz, sobretudo o transporte e o apoio logístico, estando envolvidos na identificação e no apoio às pessoas e também na organização de voluntários e voluntárias para a organização e distribuição destes cabazes. Portanto, esta medida de distribuição de refeições quentes é algo que está noutra dinâmica e que vai certamente nas próximas semanas apoiar muito mais gente que tenha essa necessidade.

• **PalmelaMask, (A)Linhas?** – O **Sr. Presidente** refere que já foi divulgado, porque esta questão das máscaras, da distribuição de máscaras e hoje, as máscaras confeccionadas ao contrário das descartáveis, porque podem ser lavadas e desinfetadas, dão outras garantias e cada um terá a oportunidade de fazer as suas opções, mas vai passar a ser quase obrigatório, vai passar a fazer parte do quotidiano, portanto, na impossibilidade do município distribuir máscaras como quem distribui bombons, vai sobretudo, nos espaços da responsabilidade do município, nos acessos aos serviços municipais, procurar ter não só o material desinfetante, que passou também a fazer parte dos procedimentos de segurança e proteção, mas sempre que possível, distribuir algumas máscaras cirúrgicas. O “PalmelaMask, (A)Linhas por ti, por mim, por NÓS” concebido pelo Departamento de Educação e Coesão Social, sobretudo com o mérito do grande envolvimento de um conjunto significativo de voluntárias que se disponibilizaram para costurar estas máscaras, sendo que o município já investiu alguns milhares de euros na aquisição de matéria-prima para a confeção destas máscaras. O objetivo é distribuir por alguns locais, fazer essa distribuição com as Juntas de Freguesia, mas como sempre esta questão da distribuição tem de apontar para os grupos mais vulneráveis e para as pessoas que tenham menos capacidade de se dotar elas próprias desses meios de proteção. Depois, ao nível dos apoios socioeconómicos, vão ter oportunidade de discutir daqui a pouco alguns sinais que vão dar relativamente ao tarifário das águas. Trata-se de um esforço por parte do município que procura atenuar quem vier a ter mais despesas neste domínio, não obstante ter os tarifários

mais baratos da Área Metropolitana de Lisboa e do país nas 3 componentes, o município entendeu dar aqui um sinal. Depois, o município tem insistido muito na sensibilização, na informação correta, na afixação de cartazes nalguns espaços públicos, sejam ao livre que são muito utilizados hoje para lazer para desincentivar a concentração de pessoas, porque, de outra forma, estão a pôr em causa os princípios do distanciamento social e do confinamento e, esta sensibilização tem de ser permanente. Também foram feitos investimentos na comunicação nesse domínio, com novas adjudicações de nebulização com antivírico nos edifícios com maior concentração/aglomeração de pessoas, nomeadamente em centros de acolhimento, nos quartéis de Bombeiros e a procurar divulgar junto de equipamentos de idosos, sobretudo os particulares e privados, a existência deste serviço que é, de facto, um excelente produto para prevenção nos locais onde há muita aglomeração de pessoas, também nas instalações municipais, naqueles locais que concentram mais de 20 a 30 pessoas diariamente vão introduzir uma outra medida, de carácter interno, que é a medição de temperatura aleatoriamente em vários serviços municipais. Em relação aos mercados, voltaram a colocar em funcionamento os mercados de produtores, com um esforço também de muita presença de recursos Humanos, da proteção civil e trabalhadores de recursos humanos para controlar os acessos, para distribuir máscaras. Neste domínio, uma das medidas, para além daquelas que foram anunciadas da suspensão das vendas e das concessões, foi a isenção do pagamento das taxas de ocupação dos espaços de venda referentes a estes mercados nos meses de março e abril e, portanto, também estes produtores perante os prejuízos que tiveram quando não puderam operar, com este sinal do município, também têm as suas despesas reduzidas.

• **Reunião de câmara extraordinária – O Sr. Presidente** informa que irá convocar uma reunião de câmara extraordinária para o próximo dia 30 de abril, às 15.00 horas, a realizar por videoconferência. O principal objetivo desta reunião é a inclusão do ponto relativo à alteração modificativa ao Orçamento 2020 e GOP 2020-2023.

• **Concurso para o projeto de execução para o Jardim Ferreira da Costa, em Venda do Alcaide – O Sr. Presidente** informa que o município lançou concurso para o projeto de execução do Jardim Ferreira da Costa, em Venda do Alcaide. O objetivo é requalificar aquele espaço, que tem um papel muito importante na vida comunitária local, melhorando a qualidade da oferta desportiva e lúdica, a acessibilidade, a mobilidade e as condições edafoclimáticas. Portanto, é um projeto terá um preço base do concurso que, acrescido de IVA, ascende a cerca de 20.300€.

• **Concurso para a empreitada de remodelação de janelas na Escola Alberto Valente, em Pinhal Novo – O Sr. Presidente** informa que o município lançou concurso para a

alteração das janelas na escola básica Alberto Valente, em Pinhal Novo, de forma a poder-se reparar os estores que estão avariados e proceder à manutenção regular de todos. O preço base desta ação de beneficiação no nosso parque escolar é de cerca de 26.300€.

• **Adjudicação do projeto de reabilitação do muro na Rua Hermenegildo Capelo, em Palmela** – O **Sr. Presidente** dá nota que o projeto de execução para a reabilitação estrutural do muro da Rua Hermenegildo Capelo foi adjudicado por cerca de 6.000 €. Trata-se de uma obra importante no contexto da reabilitação do Centro Histórico de Palmela, uma vez que visa garantir a estabilidade e segurança e a boa imagem no espaço público. Recentemente, também no Centro Histórico de Palmela, foi reabilitado um muro na travessa de Nenhures e há outras situações em avaliação prévia.

• **Concurso público por classificação para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e informa que a Câmara Municipal de Palmela, entre os dias 14 e 23 de abril, concluiu a entrega de 2 das 5 habitações municipais atribuídas a famílias, no âmbito do Concurso Público por classificação, efetuado para este fim. As habitações, agora entregues, situam-se nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo.

• **Prioridades de investimento** – O **Sr. Presidente** informa que o município, nas últimas semanas e, porque também já havia afirmado publicamente que considerava que deveria haver, em matéria de fundos comunitários, uma redefinição de algumas prioridades de investimento e a necessidade de encontrar com o Governo linhas de financiamento para um esforço que está a ser feito nestas respostas, o município internamente, com as suas equipas técnicas ligadas a esta questão dos fundos, elaborou um documento estratégico intitulado “O redireccionamento das prioridades de investimento, transferência de verbas entre prioridades de investimento e fundos - recurso ao IFRRU” que vai fazer chegar à Área Metropolitana de Lisboa que, por sua vez, terá de negociar com o PorLisboa, com o Governo e com a CCDR. Portanto, trata-se de um conjunto de propostas e medidas de combate ao covid e também das consequências do pós-covid, porque também é preciso pensar naquilo que vem aí a seguir, como ficaram as famílias, as empresas, como é que podem redinamizar a economia, com alguns investimentos em diversos domínios, como, por exemplo, o turismo que é um dos setores dos mais afetados, dos vinhos, da restauração, do pequeno comércio, da empregabilidade e da cultura, da Educação, pensando sobretudo no próximo ano letivo, porque quando voltar a acontecer situações desta natureza, têm de estar todos melhor preparados, até do ponto de vista dos recursos informáticos e outros, na proteção civil, no sector dos bombeiros

e até dos lares, porque, durante muito tempo foi sendo dito que a Área Metropolitana de Lisboa tinha uma resposta de cobertura neste domínio bastante satisfatória, porém, recorda que já aqui discutiram, várias vezes, em reunião de câmara, sem deixar de reconhecer que havia outras prioridades, nomeadamente na deficiência que era uma das prioridades, haver apoios para equipamentos dessa natureza, mas nesta área dos idosos considera que tem sido esquecido o investimento da população, julgando que as respostas se resolvem apenas com as redes oficiais que existem de lares que estão devidamente legalizados, sejam eles da rede social, particular e cooperativo ou privados, mas considera que é preciso ir mais longe, inclusivamente, defendendo que deve haver linhas de financiamento para estas respostas de lares, para instituições, não apenas, mas também para privados, para particulares, porque é imperativo haver apoio para o licenciamento destes equipamentos, destas estruturas de apoio e residenciais de idosos que proliferam por todos os territórios, mas, em particular no concelho de Palmela. Nesta questão dos lares e dos testes em lares, porque tem conhecimento onde estão a aparecer os fenómenos das situações que são identificadas com testes positivos, mas, sobretudo, porque o município, tal como a Segurança Social tem uma ideia dos processos que estão em curso e é nos lares não licenciados, que andam à volta de 2 dezenas e meia, cerca de 25 lares e, neste período, até socorrendo-se de informações das Associações de Bombeiros que, naturalmente são os primeiros a ser chamados para fazer os transportes de pessoas doentes que estão em várias instalações de acolhimento, de casas de repouso, casas de bem-estar, num universo de lares não licenciados, uns com condições e outros sem condições, muitíssimo superior a estes 25, chegando a mais de 68, que não eram de todo, conhecidos e, isto significa que há aqui uma realidade a que o Estado tem de procurar dar resposta, seja em complemento à resposta da rede solidária, ou não, para que possa ter um enquadramento, um apoio para regularizar estas situações. Portanto, trata-se de um documento que aponta já para os próximos 2/3 anos, até final deste quadro, para que possa haver aqui alguma redefinição, porque há um enorme consenso sobre a necessidade de se repensar estes aspetos, das prioridades de investimento para estes próximos anos e estão a dar o contributo, de acordo com aquilo que recolhem, das necessidades do território e dos parceiros que estão no terreno.

• **Iluminação pública** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que vai apenas resumir alguns trabalhos que têm existido no espaço público em relação à iluminação pública e, sobretudo na manutenção dos espaços verdes e higiene urbana. Trata-se de uma informação resultante dos últimos tempos e entendeu que em relação ao passado mês de março e o que foi feito em abril, seria importante dar uma dimensão de algum esforço de normalidade por parte dos serviços, para além de todas as outras características que nesta altura encontram de extraordinário, que no fundo, obrigou a redefinir os trabalhos. Portanto, na questão da iluminação pública, em relação aos viadutos, a substituição de luminárias nos viadutos, informa que foi feita a reinstalação dos acessos dos viadutos pedonais sobre a via-férrea em Venda do Alcaide e junto

ao Bairro 12 de Abril, em Pinhal Novo, que apesar de não ser uma responsabilidade do município, mas sim das Infraestruturas de Portugal, perante a falta de resposta desta instituição, a autarquia assumiu a sua reparação por forma a dar segurança e conforto aos munícipes na utilização destes equipamentos das infraestruturas de Portugal e investiu cerca de 14.000€ na aquisição de projetores solares, cujo estudo técnico esteve a cargo do serviço de eficiência energética, iluminação pública da autarquia. Esta opção por projetores solares, para além da sua fácil instalação, obviamente também tem inerente a questão da produção de eletricidade apenas com recurso à energia do Sol e assim, um custo zero de funcionamento e uma emissão zero de carbono em termos do seu funcionamento. Depois, em relação à iluminação pública, são dados que chegaram há pouco tempo e estão relacionados com a faturação anual desta área, tradicionalmente andava, numa média de anual de 1.400.000€, da qual esperavam uma diminuição mais progressiva de 17, em relação a 2019, uma vez que o município tem feito alguns investimentos em Led e a própria EDP, ao abrigo do programa lançado, tem feito a sua instalação, a última fatura em dezembro, permite concluir que andam à volta de um milhão, que representaria uma descida em termos de fatura, na ordem dos 400.000€, que se aproxima mais do valor teórico que a autarquia devia pagar, calculando a potência das luminárias instaladas mais a sua a energia perdida em cada uma, que rondaria cerca de um milhão de euros anual; este valor provavelmente, não representará uma descida de 400 mil euros, mas rondará entre os 200 e os 300 mil euros em termos de valor final, assim que for possível fazer a reconciliação com as faturas de janeiro e verificar os consumos. Ainda assim, refere que é uma tendência que a autarquia pretende reforçar nesta altura, até porque está em estudo uma intervenção mais vasta em termos do serviço que também tem a ver com o financiamento, porque não há nada como as poupanças na área da energia, para além da candidatura que nesta altura está em tribunal com todos os seus concorrentes, em reclamação com a autarquia e entre eles, de uma candidatura que já foi aprovada para a instalação de led´s no concelho.

• **Espaços verdes** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em relação aos espaços verdes, nomeadamente a requalificação do largo da Palmeira, entre a Rua Elias Garcia e a Rua Salgueiro, trata-se de uma pequena intervenção, mas que pretende transmitir que, quer os serviços, quer as empresas contratadas para a manutenção de espaços verdes estão, nesta altura, com algumas limitações, mas a funcionar e, portanto, para além da manutenção, ainda existe a tentativa de assumir alguns trabalhos que não estão relacionados com as rotinas, mas com a requalificação e melhoramento. Tratou-se de intervenção com base na ideia, porque teve um custo total de 2 mil euros e foi mais um espaço que ficou requalificado, um outro trabalho que se pretende fazer, nesta altura e que teve início esta semana e irá continuar até ao mês de maio, em Palmela e Pinhal Novo, está relacionado com a retirada de cepos no espaço público, aproveitando também a menor movimentação e circulação dos munícipes no espaço público,

começando por fazer uma substituição que vai acontecer no dia 27 no Bairro Assunção Piedade, na Quinta da Torre e aproveita para apelar aos moradores no sentido do estacionamento e também ao mesmo tempo, pediu desculpa pelos incómodos que vão causar numa altura em que muitos estão a trabalhar em casa, mas é uma solicitação também dos próprios moradores através da sua Associação de Moradores, uma vez que as árvores que vão ser substituídas, até porque a autarquia só substitui árvores quando há de facto, uma boa razão para tal, mas neste caso estas espécies escolhidas estão a invadir as propriedades de vários municípios, que mais tarde ou mais cedo, iriam reclamar junto da autarquia, por isso vai ser uma alteração em relação a espécie que está colocada por uma com um corte menor e com uma raízes menos invasivas, como de resto, já fizeram noutra parte desta urbanização; vão ser replantados num outro sítio e estão nesta altura a ser retirados. Depois, em Palmela, estão a retirar cepos para posterior replantação, ainda esta semana, no estacionamento das piscinas Palmela, na Avenida D. Leonor, na Rua Padre Caetano, na Avenida Celestino Godinho de Matos, na Praceta Firmino Camolas, no Largo Marquês de Pombal, na Avenida 25 de Abril e no Largo da Boavista, todas estas situações corresponderão à replantação de espécies e, portanto, nesta altura resolveu-se tratar deste acumulado e fazer as replantações na freguesia de palmela. Depois, em maio, irão passar para a freguesia de Pinhal Novo, nomeadamente na Praça da Independência, Alameda e mais um ou outro local onde foram detetados alguns cepos por retirar. Para finalizar, informa que em relação à regularidade do tratamento que irá ser feito, em princípio, de mês a mês, que é quando recebem os relatórios. A urbanização de Vale Flores está praticamente toda em tratamento, apenas com 34 Palmeiras e a somar às 32 Palmeiras da Avenida Natália Correia também foram feitos tratamentos no dia 10 e 12 de março com recurso á aplicação e, nos dias 24 e 25 de março, os relatórios que vieram dizem que todas as Palmeiras intervencionadas não estão, nesta altura, com nenhum sintoma de praga, o que são boas notícias com vista à normalização daqueles espaços.

● **Honras aos trabalhadores municipais – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que quer dar aqui a devidas honras aos trabalhadores operacionais, não exclusivamente destas áreas, mas todos os trabalhadores operacionais que estão a aguentar o concelho nesta altura, e que saem para a rua, mas, para além desses também, os que estão em teletrabalho, os dirigentes que também estão a trabalhar e estes trabalhadores que saem todos os dias para efetuar o seu trabalho, para além dos trabalhos de exceção, têm estado a fazer os trabalhos correspondentes às normalidades tentando fazer o trabalho que estava anteriormente dentro do planeamento e, portanto, em nome de todos, gostaria de deixar aqui um muito obrigado pela disponibilidade que têm demonstrado, porque têm trabalhado consecutivamente durante a semana e também durante o fim de semana.

• **Comemorações do 46.º aniversário do 25 de Abril – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que tendo em conta a situação atual de saúde pública, o 25 de Abril será assinalado no concelho de Palmela de uma forma muito diferente. Para comemorar o 46.º aniversário da Revolução dos Cravos, o município preparou um conjunto de propostas que chegarão a casa dos munícipes através do *site* [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt), do canal *Youtube* da Autarquia e da página de *Facebook* Catavento. Para as famílias fica o convite para que desenhem e construam cravos para colocar à janela, juntando-se aos desenhos sobre o 25 de Abril que os alunos das escolas do Ensino Básico vão realizar, numa colaboração com os Agrupamentos de Escolas do Concelho. Na noite de 24 de abril, o concerto “Por Terras do Zeca” será transmitido em direto, a partir do Cineteatro São João, sem público, com início às 22h30. O Concerto é um tributo à obra de José Afonso, como compositor e poeta, com arranjos e direção musical de Davide *Zaccaria* e as vozes de Filipa Pais, João Afonso e Maria Anadon. Também, na noite do dia 24, o Castelo de Palmela terá a sua iluminação cénica com as cores de Portugal. No dia 25, após a transmissão em direto da Sessão Solene da Assembleia Municipal, num formato diferente e sem público, destacamos a iniciativa “Cantemos - Grândola Vila Morena”. Músicos do concelho interpretam, a partir de suas casas, o emblemático tema de José Afonso, com diferentes vozes e instrumentos. O resultado desta evocação à Liberdade vai também poder ser ouvido nas ruas do concelho, por onde vão circular carros de som, convidando a população a ir à janela às 15h00 e cantar também a “Grândola Vila Morena” e o Hino Nacional, associando-se à iniciativa da Associação 25 de Abril. O programa inclui ainda, exposições para visitar virtualmente, como “25 Imagens/25 Memórias”, uma recolha documental de 25 imagens da época, existentes no Arquivo Municipal de Palmela e “A PIDE em Pinhal Novo”, numa homenagem aos presos políticos da freguesia. Em parceria com a URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, que para além da exposição comemorativa nacional, preparou também uma recolha de fotos de lugares e casas onde ocorreram atos clandestinos de resistência ao Fascismo, em Palmela.

**Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, José Calado e Raul Cristovão**

• **Covid-19**

. **Sugestões por si apresentadas na reunião de câmara de 18 de março de 2020 – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que das sugestões que havia sido dadas na última reunião, nomeadamente sobre a abertura dos mercados, em boa hora isso foi feito sem colocar em causa todas as condições de segurança e, de facto, neste ultimo fim de semana, foi possível verificar não só a alegria das pessoas por poderem voltar a exercer a sua atividade e a escoar os seus produtos, como também os munícipes que puderam voltar a frequentar aqueles mercados. Recorda também a sugestão da criação de uma linha que funcionasse 24 horas, mas

reconhece que a existente já é uma evolução e que ao funcionar durante a manhã e a tarde também é um avanço. Também falaram na última reunião e sabe que tem havido, mas talvez não de forma suficiente, ou com a visibilidade suficiente, nomeadamente as ações de desinfeção, que com grande esforço que têm sido feitas pelos trabalhadores municipais, mas também a questão de poder haver desinfeção nas zonas rurais

**. Centro de testes ao Covid-19 com abrangência aos concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** em relação ao Centro de testes e que vai abranger os concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra, questiona, apesar da gestão do equipamento não ser diretamente da autarquia, simplesmente estão a apoiar com os funcionários, aqueles que prestam apoio, porque teve a indicação por parte das autoridades de saúde dos testes que já estão a ser feitos naquela infraestrutura.

**. Educação no concelho de Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que nestes novos tempos que se vive na área da educação, desde que o início desta semana, tiveram de volta a telescola, que não sendo um programa da responsabilidade da autarquia, não queria deixar de dar os parabéns ao Ministério da Educação e também aos professores que nela participam, por rapidamente ter sido possível colocar no terreno este modelo. Porque quem está a interagir com as crianças e jovens não são atores, são professores e pela 1ª vez, foram muitos deles acometidos nestas andanças, mas acha que está a correr bem e, desse ponto de vista, procura-se minorar o custo que as crianças e jovens estão a ter pela interrupção das aulas presenciais.

**. Utilização/disponibilização de meios informáticos** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere ainda outra questão, ligada à utilização de meios informáticos para todos os alunos e a autarquia tem informação de todas as escolas que são geridas pela autarquia e aquelas que são geridas pelo Ministério da Educação, mas que têm alunos do concelho de Palmela, se se sabe qual o défice de casas sem internet, como alunos sem computador que, no fundo, vai agravar em muitos casos, a disparidade que irá haver em termos educativos e por isso questiona se a autarquia, em conjunto com empresas da região e operadoras de telecomunicações tem algum plano e qual o plano para obviar estes inconvenientes que aqueles jovens, que infelizmente, não têm acesso à Internet, nem de meios informáticos, uma vez que vão sentir maiores dificuldades nestes termos até ao final deste período letivo.

• **Covid-19**

. **Desinfeção/máscaras** – O **Sr. Vereador José Calado** congratula-se com umas questões que deu na última reunião de Câmara, nomeadamente sobre a desinfeção dos lares privados porque vê que a autarquia está a tratar desse assunto. E também relativamente à distribuição de máscaras a pessoas que têm problemas de saúde e dificuldades financeiras e parece que estão a ser tomadas nesse sentido, por isso congratula-se por ter sido aceites as sugestões.

• **Covid-19**

. **Os passes dos transportes não estão a ser adquiridos** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** questiona se a autarquia tem uma noção que não havendo escola, os passes dos transportes não estão a ser adquiridos pelos alunos, gerando uma poupança e se essa poupança se está a refletir nas refeições escolares, tendo em conta a forma de como o contrato estava elaborado.

. **Refeições escolares** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que no âmbito das refeições escolares, pergunta quantos alunos é que, neste momento, estão a usufruir das refeições escolares, dentro daqueles parâmetros e não só os casos sociais, mas também daquelas famílias que dentro de alguns grupos socioprofissionais, o Governo considerou ser importante no apoio a essas crianças, cujos pais estão a trabalhar na linha da frente no combate ao covid-19.

. **Número de famílias sem acesso à internet e/ou sem computador** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** questiona também se a autarquia tem a noção do número de alunos e famílias que efetivamente têm dificuldades, por não ter computador ou por não ter computador e Internet. De facto, teve conhecimento que as escolas fizeram esse levantamento, até por terem alternativas e também que as juntas de freguesia, nomeadamente a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e de Palmela têm estado a colaborar com a Escola Secundária de Palmela, levando a casa de muitas famílias, os instrumentos de trabalho que são necessários a esses alunos para que tenham acesso, exatamente para não aumentar as desigualdades no acesso à educação. Portanto, realça a disponibilidade imediata das Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo e Palmela para ajudar, e por isso pergunta se a autarquia tem noção desse levantamento e se efetivamente a par de outras entidades, como outras autarquias e em conjugação com parcerias com privados e com outras entidades tem em elaboração algum programa de apoio para estes alunos mais carenciados.

**. Convocação do Conselho Municipal de Educação / Plano Estratégico de Ação no âmbito da Educação – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que ainda no área da educação, questiona se efetivamente, se pensa convocar o Conselho Municipal de Educação para fazer o levantamento destas questões e de outras que são importantes. Realça ainda aquilo que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro referiu, as escolas e os professores reinventaram-se demonstrando a sua capacidade de reinventar as suas funções e os seus métodos de trabalho e, de facto, hoje, as escolas estão a ter uma resposta muito positivas, os alunos estão a trabalhar muito bem, apesar de haver muitas dificuldades em famílias que têm apenas um computador e não têm computadores para toda a família e há pais que estando em teletrabalho, estão a trabalhar nas mesmas horas que os filhos têm escola, mas, de facto, se for possível, no futuro, contornar muitas destas dificuldades, poderão ter um novo paradigma e responder melhor, até de acordo com o que o Sr. Presidente referiu há pouco, fica satisfeito que tenha referido a questão de um plano estratégico de ação para amanhã, não só falando do ontem, mas para o futuro, de facto, a redefinição de um estudo de financiamento através de fundos europeus, na área da educação era fundamental, algo que as autarquias também pudessem integrar e que defendem, que é um plano tecnológico que esteja voltado para a inovação e universalização do acesso a estes materiais digitais, estas novas tecnologias digitais.

**. Número de trabalhadores e empresas no concelho que entraram em lay-off – O Sr. Vereador Raul Cristovão** questiona se em termos de economia, apesar de não ser uma responsabilidade da autarquia, se a mesma tem uma noção da quantidade de trabalhadores que estão em lay-off no concelho. Porque é uma situação que preocupa a todos e também nesta área, o paradigma vai mudar e, seria útil perceber quais os impactos que isto está a ter nas empresas e nos trabalhadores. Questiona ainda se há algum indicador de desemprego para o concelho, se tem aumentado, como aumentou no país, na dimensão que tem estado a aumentar e que começa a preocupar todos.

**Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, José Calado e Raul Cristovão, o Sr. Presidente responde o seguinte:**

\_ Esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro relativamente à abertura dos mercados de produtores, a autarquia fê-lo na altura certa, depois de reunidas as condições para a reabertura, com base no entendimento feito pelas declarações de estado de emergência com a GNR que teria de dar parecer sobre o assunto e a proteção civil. Felizmente, correu bem e agora vai haver interrupção, porque coincide com um feriado, mas em maio, progressivamente, retomarão a normalidade e desde que as pessoas se protejam e acatem as instruções da proteção civil e de quem está da parte da Divisão de Economia e Desenvolvimento Económico no local, a seriar as entradas e a fazer um trabalho de acompanhamento, porque ainda assim há gente que se

recusa entrar no espaço do mercado, porque não queria usar máscara, portanto, paulatinamente o uso da máscara vai passar a tornar-se um hábito.

\_ Em relação à linha telefónica, o que foi criado, considera ter sido um passo muito positivo, pois uma linha de atendimento de 24 horas é já numa lógica de teleassistência que é um projeto que têm no concelho, mas para já, serve 50 idosos mais isolados, em todas as freguesias e está a ser preparada uma 2ª fase da teleassistência para mais 50 postos de contacto permanente.

\_ Sobre as ações de desinfeção, refere que sempre que haja algum local que se considere que possa não ter havido essa intervenção por parte dos serviços municipais, deverá ser comunicado aos serviços, porque em abstrato informa que tem sido feito nas zonas rurais e até com bastante periodicidade e intensidade, sublinhando o trabalho da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, porque desde a Aroeira, o sítio mais distante do concelho, Lagameças, Cajados e outros locais, os funcionários da União de Freguesias têm percorrido essa zona toda, por vezes mais do que 2 a 3 vezes por semana, mas não se faz desinfeção em bermas de estradas ou outros locais, uma vez que o que é recomendado pela proteção civil e pela autoridade de saúde é que seja feita nos lugares de maior concentração de pessoas e, por isso, foram privilegiados os arruamentos, praças, avenidas, alamedas, zonas de transportes públicos, terminais, paragens, as zonas de ilhas ecológicas de acesso a contentores de resíduos, pelo que se houver algum local que porventura possa ter ficado a descoberto, deverá ser comunicado aos serviços municipais. Informa que foram distribuídos por várias entidades, quase 2 mil litros de lixívia, que depois numa determinada percentagem com água, tem servido para essas ações de desinfeção, entre outros produtos que também são utilizados na lavagem dos contentores.

\_ Esclarece o Sr. Vereador José Calado, para que não haja equívocos, que o município não tem feito a desinfeção com o antivirico, que é um produto específico e de uma empresa da especialidade em lares privados e particulares, porque cabe a quem tem este seu investimento, porque se trata de uma empresa, um negócio, tomar essa iniciativa. O município interveio numa situação, mas por solicitação e recomendação da Autoridade de Saúde, porque era, de facto, uma situação grave. Portanto, o município só intervém em espaços privados quando há um pedido de apoio da Autoridade de Saúde ou da Segurança Social.

\_ Relativamente às questões da educação, esclarece que a primeira freguesia a iniciar o trabalho de fotocopiar trabalhos de alunos foi, de facto, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca que continua, ainda hoje, a fazer um trabalho notável, tal como as restantes freguesias, a fotocopiar e distribuir também as fichas de trabalho que as crianças recebem por indicação dos seus professores. Sobre as outras questões aqui abordadas, esclarece que, sem excluir a possibilidade das autarquias poderem fazer parte da solução, na verdade, não compete à autarquia, sozinha, resolver esta situação, até porque tem as suas competências muito bem definidas para o 1º ciclo e pré-escolar em matéria de ação social escolar. Mas, de facto, revela

preocupação, porque aquilo que o Ministério da educação solicitou, foi o levantamento da situação, obviamente, solicitou também às escolas, às associações de pais e apesar de considerar que os professores e as escolas se reinventaram, já não acha o mesmo do Ministério e, por essa razão, a autarquia propõe, naquele documento que referiu há pouco, que sejam equacionadas novas linhas de investimento nas infraestruturas de formação e ensino, entre as quais, para além da melhoria dos espaços para situações desta natureza, incluindo a necessidade de aquisição de computadores para alunos, para que as escolas possam dar apoios, seja nestas circunstâncias ou em outras situações de doença que por algum motivo haja crianças que não possam ir à escola, mas possam ter acesso a estes meios nos seus domicílios. Refere ainda que também desafiaram para que houvesse linhas para aquisição de quadros interativos entre outras questões relacionadas com a formação online em vários equipamentos.

\_ Relativamente à poupança dos passes e das refeições escolares, não tem significado, porque ela é paga através da comparticipação para o sistema de transportes na AML, portanto, houve uma poupança num lado, mas pagou-se de um outro modo, porque neste momento, apesar do Governo ter decretado que, neste contexto, os operadores têm de garantir apenas 50% da oferta, o problema é que, houve cortes em períodos que não deveriam ter sido cortados na oferta e, a AML, entenda-se os municípios e o próprio Governo, estão a pagar tudo aquilo que estava previsto a 100% às transportadoras, pelo que não se regista uma poupança uma vez que os municípios continuam a pagar por outra via aquela comparticipação mensal para a Área Metropolitana de Lisboa. Depois, uma outra questão que causa preocupação, é o facto de haver o retorno dos alunos do secundário, as carreiras têm de ser feitas e não é possível continuar em vigor este despacho que cortou 50% da oferta, porque esses alunos vão precisar de ser transportados. Aliás, mesmo não havendo alunos para transportar, havia outros cidadãos e cidadãs que aproveitavam essas carreiras como meio de transporte para se deslocarem para os seus locais de trabalho e, portanto, espera que, a partir de maio, progressivamente, venham a ser repostos os níveis de resposta nos transportes.

\_ Sobre o Centro de testes, esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que nos primeiros dois dias não foi esgotada a capacidade dos 80 testes diários, a prescrição dos testes é feita pelas autoridades de saúde e pela Saúde 24, com uma exceção para os bombeiros em mudança de turnos, uma situação que o município já tinha acautelado antes, suportando os testes aos que estivessem eventualmente envolvidos em casos transporte de doentes suspeitos ou mesmo confirmados de covid-19, agora, passam a poder também beneficiar da ida àquele centro, através da prescrição médica para fazer o teste de despiste no sistema de zaragatoa. Portanto, nos primeiros dois dias não esgotaram os 80 testes, mas acredita que nos últimos dias tenha havido maior afluência, até porque, no passado, cidadãos desta área geográfica estavam a ser remetidos para centros de testes noutros concelhos e alguns até tinham de ir à margem Norte, o que não era admissível.

**O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Vereador Adilo Costa para explicitar o que tiver por conveniente no âmbito dos pelouros que detém. O Sr. Vereador Adilo Costa responde o seguinte:**

\_ Esclarece que sobre esta questão das novas tecnologias e da sua utilização, sobretudo em relação ao plano tecnológico para a educação, é algo que já existe há vários anos, mas na verdade naquilo que diz respeito ao Ministério da Educação não está completamente lançado, nem está com uma perspetiva concreta sobre o ensino poder ser prestado à distância e antes destas situações, até era aceitável. Portanto, concorda plenamente que seja através da telescola do 1.º ao 3.º ciclo, sejam dadas aulas suplementarmente, porque cada escola, cada agrupamento tem o seu próprio programa que é diferenciado de uma escola para outra. Depois, há um outro princípio, ou seja, nenhum aluno pode ser prejudicado por falta de algum equipamento, aliás tal como diz o Ministério da Educação e com razão, há alternativas e esta é a base, portanto, estão sem aulas presenciais há cerca de um mês e meio e, ainda hoje, não está definido e os senhores diretores dos agrupamentos e das escolas referem que têm alguma dificuldade em entender quantos alunos do secundário, por turma, irão poder ter aulas presenciais, mas em relação aos restantes alunos, do 1.º até ao 3.º ciclo é suplementar o que está a ser lecionado pela telescola, porém, as escolas não têm capacidade para dar a resposta que o Ministério da Educação lhes pediu e à autarquia também, que apesar de saber, mais ou menos, em relação aos dados que têm sobre o 1º ciclo, mas no entanto, em relação ao 2.º, 3.º ciclo e secundário não há ainda uma resposta completa por parte das escolas e agrupamentos, sobre quantos alunos estão carenciados têm. Sobre os alunos carenciados do 1.º ciclo, que fazem parte dos apoios dos escalões A e B, refere que são 150 alunos que não têm computador. Em relação aos alunos do 2º e 3º ciclo, as escolas ficaram de dar essas informações para que a autarquia possa colaborar melhor possível com elas, mas ainda não tem esses dados.

Depois, uma outra preocupação é o reforço do sinal para o acesso à Internet e isto é importante, tendo sido um assunto que foi levantado quer pela Escola Secundária de Palmela, quer pelo Agrupamento de Escolas de Palmela que, de facto corresponde à necessidade de todo o território ter um maior sinal e, depois o facto de existirem situações que em que há computador, mas sem acesso à internet, e outras em que há internet, mas não há computador. Refere ainda que a dificuldade que há também em relação às escolas e à autarquia, é saber quem são hoje os alunos carenciados, porque os alunos carenciados são aqueles que estão referenciados pela autarquia e pelas escolas ou são também aqueles cujos pais estão em lay-off ou desempregados. Portanto, tudo isto tem de ser equacionado e é necessário criar condições de equilíbrio, para perceber como é que se pode ofertar ou ceder quaisquer computadores que, como disse, o Sr. Presidente e bem, é uma competência do Ministério da Educação. Aliás, não foi por acaso que o Sr. Primeiro-ministro, logo a seguir ao pedido que foi feito pelo Ministério de Educação ou uma informação das escolas, veio dizer que, em 2021, é necessário rever o Plano Tecnológico na área da educação e é lógico que assim seja, porque a não ser que seja

uma pequena autarquia cheia de dinheiro que já tenha contratualizado há mais tempo, porque de outra forma, esta autarquia não tem uma varinha mágica que possa permitir que os alunos do concelho possam ter um computador e acesso à internet através do seu domicílio. Aliás, mesmo que fosse da competência de uma autarquia o lançamento desse procedimento, por muito rápido que feito, não iria garantir, no final do mês de maio, estivessem entregues quaisquer tipos de equipamentos. Portanto, considera que aquilo que é importante é criar condições para que ninguém fique sem acesso aos meios alternativos e, tanto a autarquia e as Juntas de Freguesia têm disponibilizado para trabalhar com os agrupamentos de escolas e os encarregados de educação têm ido buscar essas fichas de trabalho, mas se houver essa impossibilidade seja qual for o motivo que não possa sair, a autarquia ou as juntas de Freguesia estão em condições de fazer esse serviço.

Em relação às refeições escolares, teve um início muito frágil, porque as famílias, nas primeiras semanas, tudo indicava que se aguentava, aliás eram 8 ou 10 crianças de famílias que tiveram acesso às refeições escolares, mas nesta semana, os números dispararam e só no Pinhal Novo, são 64 as crianças que estão a apoiadas em refeições escolares, ao ponto da Gertal ter mudado para EB António Santos Jorge porque tem um maior potencial de cozinha, para poder fornecer essas refeições. Depois, sobre a questão colocada se há um ganho em relação à Gertal pela autarquia em relação ao não fornecimento de refeições escolares, refere que a Gertal, tal como a grande maioria das empresas desta área, entrou em lay-off, e tem repondo trabalhadores, aliás nesta última semana, tiveram de chamar trabalhadores por causa deste aumento registado no Pinhal Novo. O contrato refere que há uma margem de quebra do fornecimento no final do contrato, de 20% que terá de ser visto em relação aos prejuízos da empresa, mas tudo o resto não o será, aliás, é um assunto que tem de ser visto de acordo com a legislação sobre o lay-off, ver se é ou não devido alguma verba nesse sentido.

Dá nota ainda que ainda sobre os equipamentos informáticos, tudo aquilo que tem sido doações de empresas, tem sido canalizado para as escolas e ainda em relação aquele computador “Magalhães” tem havido uma tentativa de criar condições com um hotspot, para que esses computadores possam ser eventualmente reutilizados e mais uns 6 ou 7 computadores que a autarquia, naturalmente irá colaborar quer no investimento do hotspot, quer na questão dos cartões para se poder aceder e suportar a internet. Porém, mas isto não cria igualdade, porque as situações alteraram-se de forma tão súbita que, se perguntarem quais são as famílias que são carenciadas e cujos filhos necessitam de apoio, se calhar são muitas mais do que aquelas que vão tendo conhecimento.

**O Sr. Vereador Raul Cristovão solicita o uso da palavra para voltar a intervir e menciona o seguinte:**

. Refere que ainda há pouco não quis ser exaustivo, mas ficou uma questão por responder relacionada com a economia, ou seja, a questão dos trabalhadores em lay-off e desempregados, mas poderá ser respondida na próxima reunião. Depois, retomando as

questões sobre a educação, a telescola, não concorda quando o Sr. Presidente referiu que o Ministério da educação não se reinventou completamente, aliás também no ministério houve uma necessidade para reinventar muita coisa e criar novos despachos, mas ninguém estava preparado para isto e, de facto, a ajuda de todos tem feito com que a resposta tenha sido muito positiva e quando referiu as duas freguesias foi porque tem conhecimento prático dessa situação e porque não gosta de falar daquilo que não conhece. No entanto tem a certeza que todas as freguesias do concelho foram prestáveis nestes apoios e, portanto, é uma boa prática. Em relação à telescola, de facto, foi feito um desafio e não estão perante atores ou gente habituada à radio e à televisão, estão perante professores que se reinventaram e aquilo é um apoio, não é dar aulas, não é dar matéria, mas sim um apoio à escolaridade, aliás o fundamento da telescola é uma coisa que está muito bem inscrita na lei e foi definida para apoiar os alunos de modo a manter uma ligação afetiva com a escola, ou seja para que não percam essa ligação com a escola. Depois, a questão dos computadores e da tecnologia não é um problema para o ensino à distância, atualmente todas as escolas, se não têm, já deveriam ter, um plano de ação de ensino à distância e, esse plano de ação reflete exatamente a forma como é que a escola vai responder à sua comunidade escolar e aos seus alunos e naturalmente que não é igual para todos, tem de ter em conta as realidades sociais, económicas e culturais diferenciadas e, portanto, vão ter de dar respostas diferenciadas e nesta questão não gosta de comparar autarquias. No entanto reforça aqui 5 questões que considera importantes e que já tinha dito na semana passada, nomeadamente a questão da Cultura que preocupa muito e espera que estas ações culturais das comemorações do 25 de Abril, mesmo sem público, são uma forma de também ajudar os artistas, os músicos porque mais do que uma subsidi dependência é, sobretudo dar aquilo que eles, de facto, merecem e podem dar-lhe o palco com um público diferente, esperando que para maio ou junho já possa haver iniciativas com público presente. Portanto, gostaria que muitos desses agentes culturais atores pudessem continuar a ter os seus contratos com a autarquia e que a alguns pudesse ser adiantado o pagamento desde que ficasse agendado com a estrutura.

O setor do turismo é um dos mais afetados e, claramente irá demorar mais tempo a levantar-se, porque funciona na base das grandes massas e, portanto, há 15 dias falaram nisto e hoje reafirma que é preciso reunir com os proprietários de alojamento local para ver de que forma é que eles podem rentabilizar os seus equipamentos, nomeadamente passando para o mercado de arrendamento.

Depois, uma forma de ajudar, não gratuitamente, mas fazer uma moratória para pagamento de taxas municipais para empresas e particulares e, neste caso concreto, considera que devem olhar muito bem para as microempresas, porque muitas delas são quase todas empresas familiares e considera que seria de equacionar a suspensão de todas as licenças de utilização e ocupação da via pública, nomeadamente cafés, restaurantes, pastelarias, o pequeno comércio. E tudo isto devia ter uma dimensão, pelo menos até 2021 e depois verificar no fim do ano,

próximo da discussão do orçamento, se havia necessidade de continuar a apoiar ou não ou, se haveria necessidade de reformar algumas medidas, porque considera que não são medidas que levem a grandes custos, mas são medidas que, por si só não resolvem problemas, mas dão sinais e podem atenuar.

**O Sr. Presidente responde ao Sr. Vereador Raul Cristovão, dizendo o seguinte:**

\_ Relativamente aos números de lay-off, a autarquia só conseguiu recolher de algumas empresas do Parque da Autoeuropa como a Faurécia e outras como a Continental, cujos números todos juntos, já ultrapassam 350 situações, sendo que algumas são de despedimento e outras situações anunciadas.

Relativamente a algumas destas medidas que o Sr. Vereador Raul Cristovão acabou de referir, esclarece que já estão implementadas, não suspenderam para já, a pedido dos interessados, as rendas e as concessões do espaço público, se os estabelecimentos não estão a funcionar, solicitam a suspensão por um período de 90 dias. Depois, recorda que há incentivos que não podem ser mais esticados, hoje, a ocupação de espaço público no concelho de Palmela, uma medida proposta pela CDU, aprovada e colocada nos regulamentos municipais, reduziu para 75% do valor das taxas de ocupação do espaço público, portanto, os 25% praticamente não pagam os custos de funcionamento administrativo e outros impactos que isso tem no espaço público. Acrescenta que o município já deu um conjunto de incentivos muito grandes, aliás tem a intenção, até através das propostas que fizemos à AML, porque não cabe ao município dar mais incentivos do que aqueles que já dá, mas sim o AICEP, IAPMEI e Governo que apenas tem disponibilizado linhas de apoio baseadas em empréstimos enquanto a autarquia tem tentado procurar promover estes agentes do concelho, dar visibilidade, arranjar clientes, arranjar público e discutir com eles as taxas que pode amenizar, mas desde os tempos da troika, para conseguir alguma dinamização do tecido económico no concelho, mesmo com o aumento significativo do trabalho na área do urbanismo, as receitas não aumentam a autarquia tem reduzido taxas para dar alguma atratividade e dinamização, portanto, neste momento, não se pode reduzir mais. Porém, há sempre matérias que podem criar sinergias e nesta área do alojamento local, quando são sinalizados, seja para ser pago pela Segurança Social porque a autarquia pediu que houvesse um aviso, para que as unidades hoteleiras do concelho que estão, neste momento vazias, possam acolher, se for necessário, por exemplo deslocalizar pessoas de um lar que tenham de ser retiradas ou separadas, e já existe um conjunto de unidades hoteleiras que estão sinalizadas e que caso isso aconteça, vão ser pagas por esse trabalho e pela disponibilização dos seus serviços, dos seus quartos, dos seus alojamentos. Refere ainda que, em breve, irá participar numa reunião com um grupo de empresários do concelho de Palmela e de um concelho vizinho, no sentido de conversar e trocar algumas experiências e perceber em que medida, os municípios podem ajudar a atenuar estes aspetos.

Depois, se forem nesta lógica dos municípios oferecerem computadores e tablets como alguns fazem e que têm condições financeiras para isso, porque têm poucos alunos; se deixar de receber receita da água; se deixar de ter o financiamento habitual, quem vai depois, financiar as autarquias? Aliás, está mais preocupado como é que há autarquias que estando, hoje, a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal que é um fundo pago pelos municípios e que devia ser só financiado pelo Governo, porque é que há autarquias que estando em falência, estão a tomar medidas dessas? Enfim, porque a lei permite-lhes, por causa do COVID-19, estão a tomar medidas que só podem ser entendidas como pré-eleitorais e de propaganda, portanto, isto é muito complexo e é necessário perceber o que é que se pode, efetivamente, fazer para ultrapassar este período difícil. Depois, também é preciso perceber que, mesmo nestas matérias, nem toda a gente deixou de ter os seus rendimentos, mesmo quando se fala em algumas medidas e isenções, ainda há quem continue a trabalhar e que continue a ter os seus rendimentos, portanto, estas análises têm de ser feitas, por exemplo, com enfoque nos grupos que estão hoje a ser discriminados negativamente e que deixam de ter direito àquilo que é a igualdade de oportunidades. Por isso é importante rever os apoios sociais nas escolas, preparar as escolas para situações desta natureza e isso tem de ser feito com o tal Plano Tecnológico, tem de ser uma iniciativa do Governo e depois ver qual é o papel das autarquias.

Refere que estão aqui num órgão e estão, naturalmente a falar de política, mas também têm de fazer aqui alguns desabaços como cidadãos e com políticos, porque atualmente, assistem a pressões enormes de firmas que estão a aproveitar este contexto para vender tudo e mais uma alguma coisa. Portanto, para fazer este trabalho têm de estar focados em criar condições para que ninguém seja excluído, perceber muito bem a quem compete em 1ª instância garantir a tal igualdade de oportunidades e na área da educação estão a fazer o levantamento, o Ministério da educação e os agrupamentos também, recensear as situações em conjunto com as juntas de freguesia que, até neste âmbito da reprodução dos materiais e outros, para disponibilizar ajuda, porque também os orçamentos das juntas começam a ficar apertados, porque têm sido desviados para dar resposta a outras situações que não estavam previstas. Estas soluções têm de ser discutidas em conjunto e tal como o Sr. Vereador Raul Cristovão dizia, sem fazer comparações e sem populismos, porque é fácil determinados concelhos que não têm outros desafios, que não tem obras para fazer e escolas que não têm 4 ou 5 mil alunos, têm apenas 350 alunos, oferecerem tablets a todos os alunos. É necessário atuar onde é preciso, para as escolas meteram no plano de mandato mais equipamento informático, têm estado a fazê-lo, pôr quadros interativos em todas as escolas, até final do mandato, estão inclusivamente a avaliar com algumas escolas, se preferem o quadro interativo ou se preferem outro tipo de material, porque esta questão dos quadros interativos pode ser apenas uma moda passageira, ou seja, houve um aproveitamento comercial e, atualmente, a autarquia recebe diariamente propostas de venda de serviços, de venda de tablets e outros materiais similares porque alguém viu aqui uma janela de oportunidade. Considera que há outras medidas a tomar, para

que esta questão agora, num mês de aulas, possa ser ultrapassada e estão a apostar em programas como o combate ao insucesso e outros, nas tais prioridades de investimento que possam passar a financiar mais bens desta natureza que estão hoje a revelar-se necessários, para que no próximo ano letivo ninguém venha a ser surpreendido com questões desta natureza e fique prejudicado, pelo facto de não ter acesso às novas tecnologias.

Quanto às outras matérias, cada território tem, de facto, seus orçamentos, os seus compromissos, as suas prioridades e há quem possa viver sem impostos, só com o Orçamento Geral do Estado e há o inverso, são territórios diferentes, mas acredita que aqui, a gestão que tem sido feita e é notório o investimento que tem sido feito na área da educação, ao nível dos apoios sociais e das famílias que tem tido um percurso louvável e sempre em crescendo. Por isso, considera que irá ser possível ajudar a responder a estas novas necessidades, mas que as autarquias saberão dar a sua resposta em função das características do seu território e dos recursos disponíveis, não deixando de exigir a quem de direito que também assuma as suas responsabilidades.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

#### **PONTO 1 – Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela.**

##### **PROPOSTA N.º GAP 01\_08-20:**

«O Regulamento das Condecorações do Município de Palmela tem por objetivo o reconhecimento público, pelo Município de Palmela, de pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras e ainda das trabalhadoras e trabalhadores do município e de outros agentes.

A atribuição das Condecorações do Município, ao abrigo do Regulamento, enquadra-se nas competências descritas no nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013.

O Regulamento das Condecorações Municipais do Município de Palmela contribui também, através do reconhecimento do papel de diversas personalidades e entidades no campo ambiental, social, cultural, económico e desportivo para a prossecução dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 18 de março de 2020, foi aprovado o início do procedimento de aprovação do Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela.

Assim, decorrida a publicitação do início do procedimento, bem como o período de constituição de interessados e de consulta pública, sem que tenha havido qualquer participação, e no uso dos poderes regulamentares conferidos às Autarquias Locais pela própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112º, nº 7 e 241º), competências previstas na alínea g) do nº 1 do artigo 25º e nas alíneas k) do nº 1 do artigo 33º, todos do Anexo 1, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e ainda o preceituado no Código do Procedimento Administrativo (cf. artigos 97º e seguintes), elaborou-se o presente Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela.

**Propõe-se** assim que, em cumprimento do disposto no artigo 101º, nº1 do Código de Procedimento Administrativo (CPA) publicado pelo Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto na alínea k) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela para efeitos da sujeição do mesmo a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do nº 1 do artigo 101º do CPA, porquanto a natureza da matéria claramente justifica a observância deste trâmite;
- Caso não ocorram alterações ao texto final proposto, em resultado de consulta pública, considerar esta Câmara Municipal, desde já, aprovado o projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela desta feita para efeitos da sua aprovação final e reenvio para deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, ao abrigo da alínea g) do nº 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.»

**Sobre a proposta de Projeto de Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, numerada GAP 01\_08-20, intervém:**

O **Sr. Presidente** refere que o regulamento está devidamente enquadrado no âmbito das competências descritas no nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 referente à atribuição das condecorações do município de Palmela, mas foram introduzidas algumas novidades, sobretudo no âmbito e nos temas, pensando nos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda, 20/30, mas continua suficientemente abrangente para não excluir qualquer área de intervenção, na possibilidade de distinguir quem, de facto, seja personalidade ou entidade, tenha um desempenho de relevante interesse público para o concelho e que merece estas distinções. Recorda que foi feita uma aprovação no dia 18 de março, do início do procedimento de aprovação do projeto, foi bem divulgado inclusivamente, até nas redes sociais muita gente observou a abertura do procedimento, depois, foi enviado para a Assembleia Municipal para

quem quisesse, já nesta fase, poder também constituir-se como interessados e não houve qualquer participação nesta fase, portanto, este projeto foi elaborado, com algumas pequenas afinações no artigo 1 e também no que diz respeito à secção 3 no artigo 9, na área ambiental, social, cultural, económica desportiva e no artigo 19º, que diz respeito às trabalhadoras e trabalhadores além do seu desempenho, o zelo e competência, uma pequena alteração no prazo, para quem, eventualmente tenha estado sujeito a qualquer sanção disciplinar, reduzindo para um prazo de 5 anos, porque, de facto, às vezes há pequenos incidentes que dão origem a uma sanção, sem que isso venha a pôr em causa o relevante desempenho de alguns trabalhadores. Depois a inclusão da linguagem inclusiva que não estava no anterior regulamento e aquilo que se propõe agora é que se delibere aprovar este projeto para um período de consulta pública, durante 30 dias uteis, nos termos do Código do Procedimento Administrativo e posteriormente, se não houver propostas de alteração em resultado desta consulta pública, possam considerar aprovado o regulamento e remetê-lo automaticamente para a Assembleia Municipal. Recorda que, geralmente noutros anos, por esta altura, estão a começar este processo de apreciação de propostas das condecorações, porque aproxima-se o dia do concelho, mas o facto de ter este projeto de regulamento em consulta pública não impede que se faça esse trabalho, com base no regulamento que obviamente ainda está em vigor.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 2 – Protocolo de Colaboração para a celebração de Contrato de Cooperação Interadministrativo para as obras de construção de raiz das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Poceirão.**

**PROPOSTA N.º GAP 02\_08-20:**

«Há largos anos que as instalações que acolhem o Posto Territorial da GNR de Poceirão se revelam inadequadas e num estado de degradação que não garante as necessárias condições operacionais e de conforto às/aos profissionais da GNR que lá prestam serviço, nem a quem recorre aos serviços.

Esta constatação tem motivado diversas pronúncias do Município de Palmela e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca junto do Governo, pugnando pela construção, de raiz, de novas instalações, que correspondam às exigências atuais e acolham, condignamente, esta força de segurança.

Mais recentemente, e na sequência das várias diligências desenvolvidas pelo Município de Palmela junto do Ministério da Administração Interna/Secretaria de Estado da Administração

Interna, foi possível consensualizar o local para a construção das novas instalações do Posto Territorial da GNR na aldeia de Poceirão, com conclusão prevista para o final de 2021.

Assim, e sem prejuízo da futura celebração do Contrato de Cooperação Interadministrativo para a obra de construção de raiz das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Poceirão, onde se estabelecerão os prazos e as condições, os custos associados à obra e a responsabilidade das partes, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto nos artigos 23.º, n.º 1 e 33.º, n.º 1, alíneas g), o), r), bb) e bbb) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar o Protocolo de Colaboração para a celebração de Contrato de Cooperação Interadministrativo para as obras de construção de raiz das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Poceirão.

Junto se anexa:

- a) Planta de localização do Posto Territorial da GNR de Poceirão;
- b) Proposta de Protocolo de Colaboração para a celebração do Contrato de Cooperação Interadministrativo para a obra de construção de raiz das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Poceirão.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 3 – Delimitação de Unidade de Execução (UE) em Aires.**

##### **PROPOSTA N.º GPE 01\_08-20:**

«Na reunião de Câmara de 23 de maio de 2018 foi proposta a delimitação de uma Unidade de Execução (UE) em Aires, freguesia de Palmela, envolvendo três prédios classificados pelo PDM e pelo Plano Geral de Urbanização de Aires, ambos em vigor, como solo urbanos/urbanizável com capacidade construtiva, sendo titular de cada um destes prédios dois particulares e o Município de Palmela. Dessa deliberação resultou a abertura de um período de Discussão Pública com duração de 20 dias, similar ao aplicável na elaboração de planos de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Desta consulta pública não resultou a apresentação de qualquer contributo, comentário ou reclamação.

Foram contactados os proprietários titulares dos outros dois prédios a envolver nesta UE, aos quais foi apresentada a proposta geral e quais os seus objetivos, tendo estes ouvido e

manifestado a sua concordância com a iniciativa e manifestado um princípio de adesão à operação, o que vieram a concretizar por escrito naquela fase, formulando algumas contrapartidas, as quais estão registadas e constam no final do documento em anexo. Procurando ir ao encontro do referido pelos proprietários na sua pronúncia escrita, e também à necessidade de uma reavaliação dos três prédios decorrente da mais recente publicação da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, procedeu-se à elaboração de documento técnico contendo as orientações e diretrizes necessárias à concretização desta Unidade de Execução, propondo-se que nos termos do mesmo a execução dos projetos e das obras de urbanização possam, se necessário, ocorrer faseadamente.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 146º a 148º, 150º, 152º, 159º, 164º, 165º e 170º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, **propõe-se** a aprovação da delimitação da Unidade de Execução de Aires nos termos da presente proposta e do conteúdo do documento anexo.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

#### **DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 4 – Ajustamento temporário de tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do estado de emergência e de combate à COVID-19.**

##### **PROPOSTA N.º DASU 01\_08-20:**

«Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação, no dia 11 de março, da doença COVID-19 como uma pandemia, foi decretado o estado de emergência em Portugal, desde o dia 18 de março de 2020, através de Decreto do Presidente da República, tendo o Governo aprovado o normativo, para a sua execução, o qual tem sido acompanhado de um conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente.

O Município de Palmela tem, desde o início desta pandemia, assumido uma posição proativa, quer na prevenção e controlo da mesma, através da elaboração e cumprimento do Plano Municipal de Contingência para o covid-19, quer ainda na adoção de medidas que garantam, no atual contexto de emergência de saúde pública e de repercussões socioeconómicas, a prestação de serviços públicos essenciais, como o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a gestão de resíduos urbanos, com qualidade e eficiência, acessíveis às famílias e às micro e pequenas e médias empresas, como forma de contribuir para a sua subsistência e para o emprego.

Neste âmbito foi emitido o despacho nº 90/2020, de 12 de março e dada a evolução da pandemia, foram emitidos outros despachos, nomeadamente o despacho nº 92/2020, de 16 de março, no qual se estabelece *“um prazo adicional de trinta dias para pagamentos a efetuar ao município, designadamente, o serviço de águas”*, medida posteriormente ampliada pelo despacho nº 96/2020, de 20 de março de 2020, o qual estabelece um *“prazo adicional de 90 dias para o pagamento da água ao município face à data limite da fatura, dilatando assim o prazo determinado no despacho nº 92/2020”*.

Estas medidas por si só vão ao encontro e até ultrapassam o legislado na Assembleia da República sobre esta matéria, estando garantidos para todas/os as/os utilizadoras/es os pressupostos da não interrupção do fornecimento deste bem essencial e da não instauração de processos de execução fiscal com a facilitação muito dilatada dos prazos (adicional de 90 dias) e modalidades de pagamento sem juros, face aos constrangimentos sentidos neste período.

É também um facto que a declaração do estado de emergência, com o confinamento das famílias no seu domicílio e o incremento das medidas de higiene, está a implicar um aumento do consumo de água com o consequente aumento da fatura na componente da tarifa variável, enquanto, por outro lado, os utilizadores não domésticos, com a paragem da atividade de muitas empresas, principalmente as micro, pequenas e médias empresas, estão a pagar hoje uma disponibilidade de serviço (tarifa fixa), de que muitos não estão a usufruir.

Neste contexto, importa lembrar que, no Município de Palmela, os tarifários de águas e de resíduos, apresentam níveis de acessibilidade económica muito vantajosos, sendo dos mais baratos da AML e do país e que a sustentabilidade económico-financeira e a cobertura dos custos são condições necessárias para manter esse paradigma e garantir, no “Pós-COVID”, que as autarquias conseguirão ter os meios indispensáveis para prosseguirem a sua missão de serviço público. Contudo, considera-se pertinente, neste contexto e extraordinariamente, implementar medidas adicionais, que reduzam as despesas das famílias e das PME's, sem pôr em causa a sustentabilidade dos sistemas, discriminando positivamente sobretudo aquelas/es que mais necessitam.

Assim, tendo em conta os pressupostos suprarreferidos, e considerando que:

- Nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 5º do estatuto da ERSAR, aprovado pela Lei nº 10/2014, de 6 de março, são atribuições da entidade reguladora, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis,
- O nº 7 do artigo 21º da Lei 73/2103, de 3 de setembro, estabelece que, as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos urbanos estão sujeitas a parecer da ERSAR, que ateste a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor,

- A ERSAR deixa à responsabilidade da entidade gestora municipal o seu envio prévio àquela entidade, indicando que pode ser remetido posteriormente através da aplicação dos tarifários ao utilizador final, no seu portal de regulação económica.

Tendo ainda em observância do disposto no Decreto-Lei nº 97/2008, de 11 de junho (Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos); no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro (Regime Geral da Gestão dos Resíduos); na Lei 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto; na Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água); na Deliberação nº 928/2014, de 15 de abril (que estabelece disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicação das tarifas e respetivas obrigações de prestação de informação); no Decreto-Lei 114/2014, de 21 de julho (que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei 12/2014); bem como nos termos da alínea e) do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro,

E ao abrigo do artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, **propõe-se** o “ajustamento temporário dos tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do estado de emergência e de combate à COVID-19”, configurando o mesmo uma alteração extraordinária à tabela de tarifas e preços do Município de Palmela, a qual deverá ter efeitos retroativos a 1 de abril de 2020, até 30 (trinta) dias após o término do estado de emergência nacional, nos seguintes termos:

- Utilizadores/as Domésticos/as –

1. Alargar a abrangência do acesso ao tarifário social (que contempla isenções de Tarifas Fixas /de disponibilidade dos três serviços, água de abastecimento, águas residuais domésticas e resíduos urbanos e o alargamento do 1º escalão da tarifa variável de água de abastecimento até aos 15 metros cúbicos), designadamente nas situações de desemprego comprovado da/o titular do contrato.

2. Alargar a todos/as os utilizadores/as domésticos/as a amplitude do 1º Escalão da Tarifa Variável de água de abastecimento até aos 15 metros cúbicos por período de 30 dias (correspondente ao valor 0,4157 euro por metro cúbico).

- Utilizadores Não Domésticos –

3. Para os contratos com contadores até 25mm de diâmetro (sobretudo Micro e PME), efetuar a Isenção da Tarifa Fixa de água de abastecimento;

4. Para IPSS, Coletividades e Outras Entidades de Reconhecido Interesse Público, abrangidas na tarifa social dos utilizadores não domésticos, efetuar a isenção das Tarifas Fixas/de disponibilidade dos três serviços, água de abastecimento, águas residuais domésticas e resíduos urbanos.

Em caso de aprovação, pela Câmara Municipal, a alteração das tarifas acima referida deve ser comunicada à Assembleia Municipal, por meio eletrónico e no prazo de 48 horas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril.»

**Sobre a proposta de Ajustamento temporário de tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do estado de emergência e de combate à COVID-19, numerada DASU 01\_08-20, intervêm:**

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que esta proposta traz fatores muito positivos e vai ao encontro daquilo que falaram há 15 dias, ou seja, que não devia de haver uma gratuidade absoluta nos consumos de água. No entanto, ao longo dos últimos 15 dias, verificou-se uma situação que considera que deve merecer alguma atenção, nomeadamente as IPSS e Misericórdias que estão a atravessar alguns problemas, desde o aumento de desinfecções e lavagens, portanto, os custos de consumos de água nestas áreas sociais que prestam apoio, sobretudo aos mais idosos, vão com certeza, consumir muito mais nos próximos meses e, por isso, talvez seria razoável equacionar alguma gratuidade neste consumo, pelo menos, para os próximos 6 meses, porque, de facto, parece pode ser uma ajuda significativa, dado que têm registado um maior consumo em virtude das novas condições com que têm de trabalhar. Considera que, de resto, a proposta merece o apoio do PS, sugerindo, ainda, um prolongamento dos cortes até 180 dias, mas isso também não é relevante.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que na ultima reunião de Câmara foram apresentadas algumas propostas sobre esta matéria, desde a questão das isenções de pagamento até aos 10 metros cúbicos, depois a questão das tarifas sociais para as IPSS, portanto, algumas das propostas que fizeram, de facto calibravam de outra forma, mas no global, apesar de achar que se poderia ir mais longe em alguns pontos, vai votar favoravelmente, pelo que acha que esta proposta é uma evolução e é importante este apoio suplementar. Sem prejuízo daquilo que o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu, considera que há uma outra situação que também merece alguma atenção, ou seja, de acordo com o que as autoridades vão dizendo, nomeadamente o Sr. Primeiro-ministro, o Sr. Presidente da República, é previsível e desejável que o estado de emergência termine no final deste mês, aliás, no princípio do próximo mês, precisamente no dia 2 de maio, o que significa que o que estão aqui a aprovar hoje, só serve para o mês de abril, porque a proposta refere que é até ao final do estado de emergência. Portanto, da leitura que fez da proposta, enquanto durar o estado de emergência que irá durar se não for prorrogado, a 45 dias, sendo certo que só conta para o mês de abril de 2020, não abrangendo parte do mês de março que já tinha sido declarado também estado de emergência, mas enfim, em março estavam numa situação normal. No entanto, a partir de 2 de maio, mesmo sem ser renovado o estado de emergência, com o comércio e serviços a abrir aos poucos e com prudência, a economia, há muitas empresas e muitos cidadãos que vão continuar a não exercer a sua profissão/atividade, pelo que se calhar estão a deixar de parte, muitos cidadãos e munícipes,

durante o mês de maio, mesmo sem estado de emergência, com a continuação destas dificuldades, por exemplo, os cafés e restaurantes não vão abrir todos logo nos primeiros dias de maio. Sugere que, ao invés de colocar esta questão do estado de emergência que está alocada a esta situação, se fizesse um pouco como foi proposto anteriormente, que estas medidas se iniciem a partir do dia 1 de abril até que a Câmara Municipal de Palmela declarasse o fim do estado desta situação excecional, porque em maio ainda ver ser uma situação excecional para muita gente. Por isso, propõe que em vez de se cingir ao estado de emergência abrangesse antes o período que decorre da declaração da Câmara do termo desta situação excecional e sem ser por um período de 6 meses como referiu o Sr. Vereador Raul Cristovão, poderiam ir avaliando, até porque ainda não se conhece os dados todos, se calhar, no dia 30 quando tiverem a próxima reunião já irão conhecer alguns, mas ainda não se sabe todos e, portanto, deixava esta sugestão à consideração.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que não se viria inconveniente no sugerido pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro se...

O **Sr. Presidente** interrompe e refere que a proposta já prevê até 30 dias após o estado de emergência, é precisamente para fazer o acerto das faturas, porque isto só vai ter expressão na fatura de maio e junho, retroativamente e acaba estes 30 dias, independentemente de poder vir a acabar o estado de emergência no dia 2 de maio, acaba até para cobrir os 15 dias que estão para trás desde o meio de março. Em termos de faturação isto é complexo, mas esta ideia dos 30 dias após o estado de emergência, na prática dá muito mais tempo, porque como a questão dos 90 dias que decidiram no diferimento dos pagamentos que na prática resultam, em 110 dias.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** reitera que não se viria inconveniente, mas que considera ser de manter a proposta pelo facto da mesma ir muito mais além, ou seja, é 30 dias após o fim do estado de emergência, seja ele quando for decretado, são sempre mais 30 dias.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que entende, mas acha que pode não ser suficiente.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que nessa circunstância, estarão cá para avaliar todas as situações, paulatinamente, à semana e até ao dia, como o Governo tem estado a fazer e a autarquia também.

O **Sr. Presidente** relativamente às IPSS, recorda que o município não acabou com aquilo que tinha há uns anos, por via da obrigatoriedade das orientações da Entidade Reguladora, por causa dos consumos não faturados que contavam como perdas de água, o município foi obrigado a utilizar os regulamentos da Entidade Reguladora, aliás, até na tarifa social, que foi um dos primeiros a aderir, tal como a tarifa das famílias numerosas, para além de já ter uma tabela de tarifas que praticamente não cobre os custos e por lei, as receitas têm de cobrir os custos, e têm sido feitos mais investimentos nesta área que terão de ir para a tarifa fixa

obrigatoriamente, o município, neste domínio, já está a correr um risco, porque, na prática, estão a deixar de receber umas dezenas de milhares de euros por mês e que vão fazer falta para outras situações, inclusivamente para que este sistema, que é o maior da Área Metropolitana de Lisboa, com 680 quilómetros de condutas, 18 captações e cerca de 30 estações elevatórias, que tem custos, e o município não vai deixar de pagar à Amarsul e à Simarsul, não vai deixar de pagar a água captada, a taxa de recursos hídricos, a taxa de resíduos, até porque o Estado Central não acabou com estas taxas. Portanto, acredita que esta medida é um sinal importante, sem prejuízo de, a qualquer momento, poder ser reavaliada, mas que visa precisamente pensar no período pós COVID, sob pena de, também as autarquias verem o seu estado de endividamento aumentar, porque vão ter de ter receita para pagar os seus compromissos. Depois, esclarece que as IPSS já têm no concelho de Palmela acesso a um tarifário social para não-domésticos, algo que muitos outros municípios não têm, portanto, com a possibilidade destes alargamentos de escalões, a fatura não vai aumentar e, por outro lado, recorda ao Sr. Vereador Raul Cristovão que as IPSS têm tido um apoio excecional e extraordinário da parte do município, desde as desinfecções, nas quais já foi investido cerca de 15.000€, o apoio extraordinário de 2.000€ a cada IPSS para obviar despesas de compra de material de proteção, portanto, na questão da água, que é um sistema escrutinado pela ERSAR, é dos mais justos na Área Metropolitana de Lisboa, está no limite da cobertura de custos, é deficitário no saneamento e nos resíduos e na água está mesmo no limite e com estes descontos pode não ser possível garantir a cobertura de custos, portanto, considera que para as IPSS, o município já está aqui a dar um sinal muito importante.

Por ultimo, sobre as entidades que possam ter deixado de trabalhar o que não vão continuar a trabalhar, refere que essa questão foi abordada ao nível de outros municípios da península de setúbal e com municípios de outras forças políticas, que não foram tão longe e que ainda nem sequer fizeram nada nesta matéria. Percebeu-se que este tipo de medida era aquela que seria recomendável, cada um utilizar à sua maneira e muitos clientes podem pedir a suspensão do contrato, ou seja, uma firma que esteja fechada e que não queira pagar absolutamente nada, o regulamento permite suspender o contrato, tem de dar a contagem do Contador, acerta contas, suspende o contrato e quando reabrir, sem quaisquer custos, sem ter de pagar religações, retoma o contrato e volta a faturar quando voltar à sua atividade normal, portanto, foi isto que muitos municípios do norte fizeram, permitindo a suspensão do contrato, enquanto em Palmela, entendeu-se dar o apoio, por exemplo, de isentar a tarifa fixa de água e calculando que a maior parte das pequenas e microempresas não vão estar com esse trabalho, considerando que esta medida era mais igualitária e mais simples de operacionalizar em termos de processamento da faturação. Portanto, acredita que é uma medida equilibrada, ponderada e que não põe em causa o período pós covid.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** questiona se há uma noção exata ou uma ideia de quanto é que esta medida pode custar em termos de recursos financeiros, ou seja, em termos globais quanto se estima que vá entrar menos verba?

O **Sr. Presidente** refere que feitas as contas por alto, pode atingir cerca de 60.000€ a menos por mês.

A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que poderá atingir um valor de 60.000€ a 65.000€ por mês, sem a noção ainda da questão dos desempregados, ou seja, não têm números sobre quem é que vai solicitar estes apoios, trata-se de uma estimativa. Reforça ainda aquilo que o Sr. Presidente referiu, exemplificando com uma imagem que tudo se passa como se fossem todos sócios de uma empresa, mas é sobre os sócios gerentes que recai toda responsabilidade, e como tal, esta situação tem de ser conduzida e gerida de forma responsável e foi para isso que foram eleitos, para apoiar mas sem nunca descurar o dever e a responsabilidade de não pôr em causa a sustentabilidade económica do município.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o PS colocou a proposta, com a intenção de perceber o que é que poderia representar ao nível dos custos, porque há o antes, o agora e virá o depois e nessa altura, é mais importante por causa da sustentabilidade financeira. Portanto, considera que aquilo que sugeriu para as IPSS não traria grandes impactos, mas não é isso que vai fazer recusar a proposta, até porque esta proposta chega a pontos importantes e por isso o PS irá votá-la favoravelmente.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que não se trata apenas dos 65.000€, ainda há a acrescentar outros custos/perdas, porque estão a ser produzidos mais resíduos, mais saneamento e recorda que o Governo não abdicou dessa receita, não veio isentar as autarquias do pagamento da taxa de gestão de resíduos e da taxa de recursos hídricos, portanto, é outra despesa adicional, para além disso, há gente que tem de começar a perceber que a Lei das Finanças Locais não tem sido cumprida e são sempre às autarquias que recorrem como se fossem a misericórdia de todos. Naturalmente que as autarquias têm um papel importantíssimo do ponto de vista das políticas sociais e relativamente às IPSS, associações e coletividades já usufruíram, em tempos, por opção política da autarquia de uma redução de 50% da tarifa variável e foi o reforço das competências da ERSAR que veio impor a atual estrutura tarifária, menos benéfica. Acrescentou, que inclusivamente quanto ao tarifário social a autarquia vai mais além do que o diploma aprovado pelo Governo PS estipula, o qual prevê tarifa social apenas para os domésticos e que a Câmara Municipal de Palmela aplica também tarifário social, também, para os não domésticos – IPSS, Associações, Coletividades. Portanto, o município de Palmela tem um dos tarifários mais acessíveis ao nível da Península de Setúbal e até da AML. Reitera ainda aquilo que referiu há 15 dias, têm confiança naquelas que têm sido as políticas adotadas pela CDU, com o voto da oposição a favor sobre a política tarifária. Aliás, acrescentou que nunca ninguém deixou de ter água por necessidades económicas, alguns não querem

cumprir o que é uma outra questão, mas estão cá para analisar sempre, paulatinamente, caso a caso e fazer os acordos de pagamento, dilatar no tempo o pagamento, preparados para isso como sempre estivemos, aliás, até antes do previsto.

O **Sr. Presidente** refere que esta medida não é exclusivamente para as IPSS e tem até muito mais utilizadores, todos os Clubes, Coletividades e Associações, vão beneficiar desta medida e alguns não estão a ter consumos. As medidas, depois também são únicas para determinados grupos, mas são mais justas para uns e menos justas para outros, consoante aqueles que estão ou não em atividade, consoante a resposta que estão ou não a dar, por isso reforçaram o apoio às IPSS e recorda que até na área da cultura, todos os contratos que são celebrados com espetáculos ou com outras performances, foi tudo cumprido e reagendado com acordo entre as partes, o espetáculo que vai ser exibido, é um espetáculo pago como se fosse ao vivo, com todos os direitos de autor, músicos, tudo como deve ser, com o som que já estava contratado para alguns espetáculos vai para som de rua, portanto, vão continuar a procurar dinamizar a economia, seja através dos criadores, dos prestadores de serviços, também nestas áreas. Sobre esta matéria, acrescenta que mesmo num contexto em que alguns clubes e associações se candidataram, no seu plano, ao regulamento do movimento associativo, sem prejuízo de algumas das realizações de não vierem a ter lugar neste período, os apoios mantiveram-se, a apreciação do plano de atividades e as propostas de valores que haverá de ser discutida em maio, irá decorrer dentro do mesmo paradigma, porque essas atividades irão realizar-se posteriormente.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL**

### **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro, no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados com a Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atual EB Zeca Afonso), a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires (atual EB de Aires), e a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho.**

#### **PROPOSTA N.º DECS\_DE 01\_08-20:**

«O Acordo de Cooperação tripartido, firmado entre a Câmara Municipal de Palmela e, à data, a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, e o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, estabelece as condições relativas à participação do Município no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar.

Este Acordo respeita os princípios consagrados na Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, e o estabelecido no Protocolo de Cooperação celebrado entre os, à data, Ministérios do Trabalho, da Solidariedade Social, da Educação, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Neste contexto, o Município de Palmela promove e desenvolve a componente socioeducativa da educação pré-escolar, nomeadamente as atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar nos jardins-de-infância da rede pública, organizando ofertas diversificadas e garantindo que estas sejam pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

Através dos Protocolos de Colaboração firmados com o Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atual EB Zeca Afonso), com o Agrupamento de Escolas de Palmela e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires e o Agrupamento de Escolas de Palmela e a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho, tem sido possível que estas desenvolvam, com sucesso, a organização e realização de atividades de animação socioeducativa para as crianças que frequentam os respetivos jardins-de-infância, após a finalização da componente educativa e até às 17h30, de acordo com o calendário definido pelo Ministério da Educação. O mais recente protocolo celebrado com a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho vai mais longe, e são asseguradas, igualmente, as interrupções letivas no âmbito desta componente de apoio à família.

Assim, e de acordo com os referidos protocolos, é da responsabilidade do Município comparticipar financeiramente as atividades de animação socioeducativa, através de transferência de verbas em função do número de crianças abrangidas e respeitando os valores fixados e a transferir pelo Ministério da Educação, de modo a viabilizar o acesso e a frequência de todas as crianças, independentemente do nível socioeconómico das famílias.

Após aferição com as Associações de Pais do número de crianças, e grupos constituídos, que frequentam as atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar, no 2º período do ano letivo 2019/2020, verificamos que a frequência é a seguinte:

- Jardim-de-infância da EB Zeca Afonso – 72 crianças | 4 grupos
- Jardim-de-infância da EB de Aires – 74 crianças | 3 grupos
- Jardim-de-infância da EB Joaquim José de Carvalho – 40 crianças | 2 grupos

Face ao exposto, e por aplicação do Despacho n.º 1026/2014, de 22 de janeiro (que fixa o valor correspondente a cada grupo de 15 a 25 crianças no montante de €706,21/grupo/mês, e para os grupos com menos de 15 crianças o valor de €30,99/criança/mês), conjugado com a alínea u), do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que o valor global

a atribuir seja de € 19.067,67 (dezanove mil, sessenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), de acordo com o seguinte quadro:

|                                                         |                       |                               |                 |
|---------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------|
| ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA<br>EB ZECA AFONSO                 | Nº crianças inscritas | Grupos de 15 a 25<br>crianças | Valor total (€) |
| 2.º PERÍODO<br>2019/2020<br>(3 MESES)                   | 72 (setenta e dois)   | 4 (quatro)                    | € 8.474,52      |
| ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA<br>EB DE AIRES                    | Nº crianças inscritas | Grupos de 15 a 25<br>crianças | Valor total (€) |
| 2.º PERÍODO<br>2019/2020<br>(3 MESES)                   | 74 (setenta e quatro) | 3 (três)                      | € 6.355,89      |
| ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA<br>EB JOAQUIM JOSÉ DE<br>CARVALHO | Nº crianças inscritas | Grupos de 15 a 25<br>crianças | Valor total (€) |
| 2.º PERÍODO<br>2019/2020 (3 MESES)                      | 40 (quarenta)         | 2 (dois)                      | € 4.237,26      |

Total global - € 19.067,67 (dezanove mil, sessenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos).»

**Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro, no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados com a Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atual EB Zeca Afonso), a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires (atual EB de Aires), e a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho, numerada DECS\_DE 01\_08-20, intervém:**

O **Sr. Presidente** refere que mesmo com as atividades suspensas, o município vai efetuar estes pagamentos, para garantir a sustentabilidade no futuro.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** menciona que através do edital nº 107/DAFRH-DAAG/2020, foi determinado que a presente reunião de câmara se realizaria por videoconferência, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), pelo que não há lugar à intervenção do público.

. **Reunião de câmara extraordinária** – O **Sr. Presidente** recorda que vai ser convocada para o próximo dia 30 de abril uma reunião de câmara extraordinária, para as 15.00 horas, a realizar por videoconferência.

. **25 de Abril à janela** – O **Sr. Presidente** convida todos/as os/as munícipes do concelho a associarem-se às comemorações do “25 de Abril à janela”. Na página do Município de Palmela, em [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt), vão ser divulgadas as iniciativas que vão ter lugar.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezoito horas e trinta e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*